

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

HELENA DE MELO MIRANDA

**Empresa Júnior para a graduação em Biblioteconomia da ECA-USP:
uma proposta a partir da análise do curso e da atuação profissional**

São Paulo

2024

HELENA DE MELO MIRANDA

**Empresa Júnior para a graduação em Biblioteconomia da ECA-USP:
uma proposta a partir da análise do curso e da atuação profissional**

Trabalho de conclusão do curso de graduação em
Biblioteconomia, apresentado ao Departamento
de Informação e Cultura.

Orientação: Profa. Dra. Cibele Araújo Camargo
Marques dos Santos

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pela autora

Nome: Miranda, Helena de Melo

Título: Empresa Júnior para a graduação em Biblioteconomia da ECA-USP: uma proposta a partir da análise do curso e da atuação profissional

Aprovado em: ___ / ___ / _____

Banca:

Nome: Profa. Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos (orientadora)

Instituição: CBD-ECA-USP

Nome: Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

Instituição: ECA-USP

Nome: Prof. Dr. Waldomiro de Castro Santos Vergueiro

Instituição: ECA-USP

RESUMO

O campo de atuação do egresso do curso de Biblioteconomia não se restringe apenas ao trabalho em bibliotecas. O profissional pode atuar em diversas instituições, com perfis e finalidades diferentes. A existência de uma empresa júnior vinculada ao curso pode ser uma possibilidade para experimentar a diversidade da profissão. Assim, este trabalho tem como finalidade estudar a proposta de uma empresa júnior para o curso de Biblioteconomia da ECA-USP. Para isso, foi feita uma pesquisa de caráter exploratório a partir de uma revisão bibliográfica, que abrangeu três temáticas presentes nas relações entre a empresa júnior e a instituição. Foi feito um levantamento a respeito das empresas juniores, sobre o curso de Biblioteconomia e suas disciplinas e sobre as possibilidades de serviços bibliotecários e as habilidades e competências relevantes na atuação na profissão. Com isso, foi possível relacionar a formação dos alunos com a área de atuação e a partir daí, elaborar uma proposta de empresa júnior para o curso em questão.

Palavras-chaves: Biblioteconomia. Empresa Júnior. Serviços bibliotecários.

ABSTRACT

The scope of work for a graduate of the Library Science course is not limited to working in libraries. A librarian can work in various institutions, with different profiles and purposes. The existence of a junior enterprise linked to the course can be a possibility to experience the diversity of the profession. Thus, this work aims to study the proposal of a junior enterprise for the Library Science course at ECA-USP. For this, an exploratory research was carried out based on literature review, which covered three themes present in the relations between the junior enterprise and the institution. A survey was conducted regarding junior enterprises, the Library Science course and its disciplines, and the possibilities of library services and the relevant skills and competencies in professional practice. With this, it was possible to relate the students' training to the area of work and, based on these findings, a proposal for a junior enterprise tailored to the program's specific needs was developed.

Keywords: Librarian. Junior enterprise. Library services.

LISTA DE SIGLAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ECC	Escola de Comunicações Culturais
EGID Jr.	Empresa Júnior de Gestão da Informação e Documentação
EJ	Empresa Júnior
FEJESP	Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
PPP	Plano Político Pedagógico
RH	Recursos Humanos
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Justificativa	9
1.2 Objetivos	11
2 METODOLOGIA	13
3 EMPRESA JÚNIOR	14
3.1 Legislação	19
3.2 Empresa Júnior de Biblioteconomia	21
4 O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA	24
4.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia	31
4.2 O curso de Biblioteconomia da ECA-USP	33
4.3 Estágio obrigatório e curricularização da extensão	38
5 SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	44
6 PROPOSTA DE EMPRESA JÚNIOR PARA O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA ECA-USP	54
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior são organizações que oferecem cursos para a formação daqueles sujeitos que futuramente entrarão no mercado de trabalho. Um curso de graduação dispõe aos seus alunos a formação teórica necessária para a área escolhida, no entanto, é pertinente que esse aluno possua também experiência prática do que ocorre em seu campo de atuação. A empresa júnior é uma das formas de aproximar os estudantes às demandas da profissão e também de possibilitar a vivência prática ao enfrentamento e resolução de problemas que mais tarde farão parte de seu cotidiano.

Assim, o trabalho propõe-se a estudar o processo de criação de uma empresa júnior no campo da Biblioteconomia, com foco no curso da ECA-USP. A pergunta que guia o trabalho é: como a empresa júnior, associada às disciplinas do curso, pode auxiliar os alunos de Biblioteconomia no exercício das práticas profissionais, aproximando a formação acadêmica do mercado de trabalho? O curso de Biblioteconomia da ECA-USP não possui uma empresa júnior, e a intenção do trabalho é entender a importância desse tipo de associação para a formação dos alunos e como os alunos podem colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula.

A partir da questão proposta, este trabalho tem como um de seus propósitos realizar um levantamento sobre as empresas juniores, como são estabelecidas e como funcionam. São abordados temas como a caracterização dessas associações, sua importância para a formação acadêmica, a legislação pertinente e os principais desafios enfrentados por essas associações. A pesquisa busca compreender o papel das empresas juniores no contexto universitário.

A existência de uma empresa júnior depende da mobilização e organização dos alunos do curso de graduação interessados em atuar nesse tipo de associação. Portanto, ela relaciona-se diretamente com o curso para o qual for criada. A partir dessa interação, o trabalho busca relacionar as diferentes disciplinas da grade curricular do curso com as práticas profissionais da área. Também pretende-se discutir a possibilidade da utilização das atividades realizadas na empresa júnior como horas de estágio obrigatório, já que deve haver a supervisão de um docente na associação e também como curricularização da extensão, uma vez que a empresa júnior possibilita a realização de consultorias para a comunidade externa à universidade.

A realização das atividades de uma EJ ocorre conforme o surgimento de demandas externas, ou seja, alguém ou alguma empresa traz para a associação a solicitação de um projeto a ser realizado. Assim, também é feito um levantamento acerca das possibilidades de atuação do profissional bibliotecário. O propósito é compreender em quais lugares o profissional pode atuar além das bibliotecas; como o bibliotecário pode ser um prestador de serviços e atuar de forma autônoma; enfim, quais serviços este profissional pode oferecer, baseado na análise curricular do curso de Biblioteconomia da ECA-USP e nas competências requeridas do profissional.

1.1 Justificativa

O aluno que se forma no curso de Biblioteconomia pode atuar em diferentes áreas profissionais que vão além das bibliotecas. Em consonância com as diferentes possibilidades de atuação, a grade curricular da graduação do curso da ECA-USP oferece um conjunto de diversas disciplinas que capacitam o estudante a atuar em diferentes instituições. Além das disciplinas obrigatórias do curso, o aluno pode também cursar disciplinas optativas nas diferentes unidades da USP, direcionando seus interesses vinculados ao campo profissional em que deseja atuar. As matérias cursadas pelos estudantes fornecem a base teórica e subsidiam a compreensão do papel e da relevância do bibliotecário em sua área de atuação.

Os estágios realizados durante o curso também complementam a formação acadêmica, oferecendo experiência profissional e possibilitando ao aluno observar na prática como são utilizados os conhecimentos obtidos em sala de aula. Apesar do cumprimento da disciplina de estágio obrigatório existente na grade, os conhecimentos adquiridos nessa prática não se esgotam com essa experiência.

A proposta deste trabalho é explorar mais uma opção de se complementar as práticas profissionais da área dos alunos de graduação em Biblioteconomia, o que ocorreria com a compreensão do funcionamento e do alcance de uma empresa júnior para o curso de Biblioteconomia. Por funcionar como uma prestadora de consultoria ao público externo, os alunos teriam contato com demandas reais relacionadas a área em que pretendem atuar profissionalmente. O estudo acerca da empresa júnior baseia-se em três questões principais: como se elaborar e se estruturar uma empresa júnior; uma análise das disciplinas oferecidas pelo curso de Biblioteconomia e suas relações com as práticas profissionais e por fim, uma análise das competências e habilidades requeridas ao profissional da área em suas diversas atuações.

A empresa júnior é uma associação sem fins lucrativos, fundada e gerida pelos alunos do curso e pode ser definida com diferentes enfoques:

Como um espaço concebido por alunos, para que possam exercitar o que foi aprendido em sala de aula, conhecendo as dimensões de problemas "reais" e como comprometimento junto ao cliente de saná-los. Como uma forma de extensão universitária – já reconhecida dentro das universidades e pelo mercado – em que o aluno desenvolve-se além da instrução programada e proporciona um feedback à instituição de ensino, pois consegue detectar lacunas em sua formação teórica e pode buscar, com seu trabalho e juntamente com seus professores, como preenchê-las. (Oliveira, 1997, p. 9)

Essa descrição mostra a importante troca existente entre os discentes e a instituição e entre os discentes e a comunidade externa, mais especificamente com clientes que trazem demandas de consultoria para os alunos. Além da vivência com as práticas específicas da formação, os alunos que participam da empresa júnior também adquirem experiências relacionadas à organização e estruturação de uma empresa, o que pode ser um atrativo no momento de se buscar uma posição no mercado de trabalho.

É importante que os bibliotecários, assim como qualquer profissional, acompanhem os avanços tecnológicos que influenciam suas atuações profissionais, e no caso dos bibliotecários, deve-se ter especial atenção às mudanças que ocorrem no campo da disseminação e da recuperação da informação. A respeito da relação entre essa questão e a formação desses profissionais, Silva e Paletta (2016, p. 7) pontuam:

É sabido, que a velocidade das mudanças tecnológicas influi nas mudanças sociais e econômicas, e requerem constante adaptação dos bibliotecários no desempenho de suas atividades em um mercado de trabalho que requer bom preparo formativo dos profissionais.

Com isso, fica evidente a necessidade da formação dos futuros profissionais acompanhar as constantes evoluções tecnológicas, sociais e econômicas. Assim, um dos enfoques do trabalho de conclusão é analisar a grade curricular do curso e discutir a pertinência com relação às questões previamente colocadas.

Os profissionais da informação, e aqui incluem-se os bibliotecários,

[...] são aqueles que estão vinculados profissional e intensivamente a qualquer etapa do ciclo de vida da informação e, portanto devem ser capazes de operar eficiente e eficazmente tudo que se relaciona com o manejo da informação em organizações de qualquer tipo ou em unidades especializadas de informação. (Ponjuán Dante, 2000, p. 93 *apud* Bressane; Cunha, 2011, 330).

Esses profissionais podem ter diversas formações e diferentes denominações, como documentalistas, analistas de informação, gestores de informação etc, e possuem diferentes

competências e habilidades. No caso dos bibliotecários, estes possuem na sua formação “competências ligadas ao processo de geração, disseminação, recuperação, gerenciamento e utilização da informação” (Bressane e Cunha, 2011, não paginado).

Essas competências podem ser adquiridas durante o curso de graduação e a prática profissional é uma maneira de executar o que se aprende na teoria. Por isso, além da experiência do estágio obrigatório, a participação do aluno em uma EJ complementaria a formação teórica, abrindo espaço para o exercício dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e possibilitando o enfrentamento de questões reais do mercado de trabalho.

1.2 Objetivos

O objetivo geral do trabalho é estudar o processo de criação de uma EJ para o curso de Biblioteconomia da ECA-USP. Com isso, busca-se evidenciar a relevância do projeto desse tipo de associação como uma forma de enriquecer a formação dos alunos, assim como prepará-los para o mercado de trabalho. A existência de uma EJ em um curso de graduação oferece aos alunos interessados a oportunidade de vivenciar a prática profissional na área de formação sob a supervisão de um docente, complementando a formação teórica dos estudantes que participam de tais atividades.

Para alcançar o objetivo geral, o trabalho baseia-se em alguns objetivos específicos com o intuito de solidificar o entendimento da relevância da EJ para o curso de Biblioteconomia. O primeiro objetivo específico é fazer um estudo sobre empresas juniores no geral. Aqui busca-se entender a história, a relação com a instituição de ensino e a comunidade externa, quais ações são necessárias para viabilizar esse tipo de associação, quais as possíveis organizações internas, a legislação correlata e outros assuntos relacionados ao desenvolvimento de uma empresa júnior.

O segundo objetivo específico é levantar e analisar as disciplinas da grade curricular do curso de Biblioteconomia da ECA-USP e estabelecer pontes entre a formação do aluno e a prática profissional. Com esse objetivo, a intenção é compreender como o conhecimento teórico, adquirido em sala de aula, conecta-se com as práticas profissionais. A EJ possibilita aos alunos participantes o oferecimento de consultoria para clientes, o que viabiliza a execução prática de conhecimentos teóricos, além de permitir que o aluno vivencie como ocorrem as relações profissionais, desde o oferecimento de serviços, até a comunicação com clientes. Essa experiência profissional pode ajudar o aluno quando ele se forma e ser um diferencial no currículo.

O terceiro e último objetivo específico é fazer uma análise da atuação profissional do bibliotecário e quais competências são importantes para o crescimento desse profissional. Esse objetivo pretende levantar as diferentes formas de atuação do bibliotecário e quais competências e habilidades são necessárias nas diferentes atuações, não só em bibliotecas. A compreensão do campo de atuação profissional do bibliotecário pode servir como um modelo para o oferecimento de serviços da EJ na área de Biblioteconomia.

2 METODOLOGIA

A monografia apresentada pode ser classificada como uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo. De acordo com Gil (2002, p. 41) esse tipo de pesquisa “tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”, e sua elaboração constitui, geralmente, de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Para a realização do trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica e para isso foram feitas buscas nas seguintes bases de dados, principalmente: Brapci, Dedalus, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Nessas bases, as principais fontes referenciais são os artigos publicados, livros, teses e dissertações. A pesquisa limitou-se a conteúdos publicados no Brasil, em língua portuguesa. As buscas foram feitas de acordo com os objetivos propostos, e para isso escolheu-se termos que contemplassem as temáticas dos objetivos e dos capítulos correspondentes.

Os termos de busca utilizados foram: empresa júnior; habilidades e competências; competências profissionais AND bibliotecário; empresa júnior AND biblioteconomia; habilidades e competências AND bibliotecário. Também foram feitas buscas com a utilização de aspas, afim de restringir a quantidade de resultados e obter maior pertinência com o assunto. Além desses materiais também foram consultados documentos como legislações, resoluções e diretrizes para compor o corpo teórico do trabalho. A finalidade da pesquisa bibliográfica é entender o funcionamento e estrutura da Empresa Júnior, analisar o curso de Biblioteconomia e relacioná-lo com as práticas profissionais do bibliotecário.

Também foi utilizado o estudo de caso como metodologia de trabalho. Esse método “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos [...]” (Gil, 2002, p. 54) e foi aplicado em questões referentes ao curso de Biblioteconomia da ECA-USP. O propósito de utilizar o método foi o de “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (Gil, 2002, p. 54). Assim, buscou-se obter uma compreensão do curso, com o levantamento das disciplinas oferecidas e a contextualização do curso frente ao mercado de trabalho.

3 EMPRESA JÚNIOR

A EJ é uma associação sem fins lucrativos, constituída dentro do ambiente dos cursos de graduação e é gerida e composta pelos alunos, tanto no corpo diretivo quanto na execução dos serviços prestados. A atuação da EJ ocorre por meio da prestação de serviços à sociedade na forma de consultoria, com o objetivo de capacitar os alunos para o mercado de trabalho. Com o propósito de promover a formação integral dos estudantes, a EJ oferece também um conjunto de atividades complementares, como palestras e seminários. Essas iniciativas buscam atender à demanda crescente dos alunos por uma formação mais prática e ao encontro das necessidades do mercado de trabalho.

A intenção da EJ é promover atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão universitária, alinhadas com o caráter formativo da instituição. As atividades da EJ são executadas pelos alunos participantes, por meio de consultorias oferecidas para a comunidade externa. Os alunos devem ser orientados por um docente que supervisiona a atuação dos estudantes diante da realização do serviço. A existência de uma EJ conta então com a atuação de três entidades: os alunos, os docentes e o mercado, e assim, “intensifica os intercâmbios de conhecimento e serviços entre sociedade-universidade, empresa-universidade e universidade-universidade. Essas relações fomentam parcerias dentro da própria universidade (entre discentes e docentes) e entre a universidade e a sociedade em geral” (Matos, 1997, p. 22).

As relações entre esses três atores é importante porque a EJ se apresenta como uma possibilidade de atuação profissional do estudante no mercado de trabalho, e o apoio da instituição da qual o aluno faz parte é fundamental para o seu aprendizado e crescimento na área de atuação. Segundo Matos (1997, pp. 22-23),

cabe [...] entender esta associação como um laboratório onde poderão ser realizadas experiências que permitam o desenvolvimento do aprendizado e do intercâmbio entre a universidade e a sociedade, a partir do trabalho de um corpo específico formado por estudantes de graduação devidamente orientados e apoiados pela instituição de ensino.

Do ponto de vista da instituição de ensino, a EJ garante que os alunos “terão um canal importante de acesso ao setor produtivo da Economia daquela localidade onde a instituição funciona” (Lucena; Silva, 2021, p. 16), o que pode beneficiar o curso, ao direcionar o ensino para questões práticas da profissão.

Esse tipo de associação surgiu pela necessidade dos estudantes instituírem novos

contatos com o mundo profissional. A primeira EJ foi fundada em 1967 pelos alunos da ESSEC (*L'École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales*, de Paris). A Junior ESSEC Conseil foi então estabelecida como uma associação dos alunos, afim de colocar em prática os ensinamentos teóricos acadêmicos diante das demandas do mercado. No Brasil, a primeira EJ foi criada pelos alunos da Fundação Getúlio Vargas, em 1987. Segundo Lucena e Silva (2021), muitas vezes a formação de uma EJ ocorre a partir do desejo de um grupo de alunos que buscam experiências diferentes das que são oferecidas em sala de aula, que os impulsionem a ter maior preparo para o mercado de trabalho. De acordo com os autores, a experiência de atuar em uma EJ é um diferencial no currículo dos alunos, o que é bem visto por empresas contratantes.

Quanto à constituição de uma EJ, por ser uma associação civil sem fins lucrativos, deve-se elaborar um estatuto social, que reúna um conjunto de normas que orientem a sua finalidade e definam desde seu modo de funcionamento até os pré-requisitos para o ingresso de participantes. A associação deve ser composta por estudantes de graduação da instituição de ensino em que se insere. Assim, o primeiro passo é reunir alunos que estejam alinhados no propósito de fundar essa organização, e também estejam dispostos a abordar o processo burocrático inicial para o estabelecimento da EJ.

A criação da empresa assemelha-se ao de uma empresa normal. Os alunos devem lidar com questões burocráticas pertinentes à criação de uma organização, o que requer ações junto ao Cartório, à Junta Comercial, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros e o que for necessário para o registro legal da empresa. A relação dos alunos com os clientes também corresponde às relações profissionais de uma empresa, em que o prestador de serviço deve usar suas habilidades de comunicação e negociação.

Tanto Matos (1997) quanto Lucena e Silva (2021) mencionam a relevância da elaboração de um estatuto para a EJ. De acordo com Lucena e Silva (2021, p. 30), esse documento deve conter os “primeiros direcionamentos da empresa, as regras básicas, as obrigações”. Matos (1997) cita também como parte do estatuto um conjunto de normas que orientam a sua finalidade e definam desde seu modo de funcionamento a quais são os pré-requisitos para o ingresso de participantes.

A respeito da composição administrativa da EJ, Matos (1997, p. 24) especifica a existência de uma assembleia geral, o conselho administrativo e a diretoria executiva. Segundo o autor, também há a possibilidade de docentes fazerem parte do conselho administrativo, estabelecendo uma relação mais próxima com a instituição de ensino. Algumas EJs contam com conselhos consultivo e fiscal, “podendo esse primeiro ser composto

por membros da sociedade civil, pessoas físicas ou jurídicas, sem direito a voto, garantindo autonomia aos estudantes membros da associação nas tomadas de decisão” (Matos, 1997, p. 24). Lucena e Silva (2021) relacionam cinco cargos/funções que devem compor a EJ inicialmente: Presidência, Diretoria Administrativo-Financeira, Diretoria de Projetos, Diretoria de Marketing e Diretoria de Gestão de Pessoas.

Quanto às áreas administrativas, além da área de projetos, a associação também conta com a própria estrutura administrativa, a estrutura financeiro-jurídica, a estrutura de recursos humanos e a estrutura de marketing. De acordo com Matos (1997, p. 51), “a estrutura administrativa possui a incumbência de tratar dos assuntos relacionados à sua estrutura física, seu patrimônio e também condições de trabalho”. Segundo o autor, essa é uma área interessante para os alunos de primeiro ano, pois assim eles teriam a oportunidade de entender o funcionamento da EJ, “enquanto realizam tarefas que [...] os organizadores e gestores da Empresa Júnior não tem tempo de realizar, o que os habilita para no futuro integrarem seu quadro de diretores, administradores ou mesmo consultores juniores” (Matos, 1997, p. 51-52).

A área administrativa também é responsável pela constituição do acervo da EJ, o que tem relação direta com a formação dos alunos do curso de Biblioteconomia. Esse acervo é constituído por documentos referentes a projetos já realizados pela associação, e sua organização depende de revisão e manutenção periódicas, o que envolve a elaboração de formas de catalogar para que os projetos sejam facilmente encontrados por quem quiser conhecer experiências anteriores.

Por se constituir como pessoa jurídica, a EJ possui responsabilidades com prestação de contas, declarações ao fisco, controle de contabilidade, o que fica a cargo da área jurídico-financeira. Essa área deve seguir legislações nacionais, estaduais e municipais, portanto não há muito espaço para inovação ou exercício de criatividade. No entanto, é uma maneira de os alunos adquirirem experiências no controle financeiro e jurídico de uma entidade civil.

A área de recursos humanos é responsável por motivar os integrantes da associação, já que os cargos de direção e administração não são remunerados. Além de motivar, o RH também deve buscar meios de cobrança, já que os estudantes podem procurar atividades fora da EJ, o que pode afetar a entrega de resultados dos projetos. Outra função exercida pela área de recursos humanos é a seleção de alunos para participar dos projetos. O estudante deve ter um perfil que se alinhe às demandas do projeto, de acordo com o que foi determinado pelo orientador.

A área de marketing deve atuar tanto dentro da instituição em que está inserida quanto

com a comunidade externa. Segundo Matos (1997), essa estrutura deve atender a três finalidades. A primeira finalidade volta-se a atender o público interno, divulgando o caráter da EJ para os estudantes da instituição de ensino e promovendo as possibilidades oferecidas pela Empresa. Também deve alcançar possíveis interessados em atuar na administração interna, reforçando a oportunidade de desenvolvimento profissional. Ainda no público interno, a estrutura de marketing deve buscar docentes dispostos a orientar os projetos. A segunda finalidade é voltada para a comunidade externa, ou seja, possíveis clientes que demandem projetos de consultoria ofertados pela EJ. Por fim, tem-se a finalidade entendida como Marketing Institucional, com o objetivo de divulgar o modo de funcionamento e a filosofia da EJ.

Na formação do grupo de indivíduos que compõem a EJ, há duas frentes de atuação que devem ser consideradas: a direção da associação civil e da área de projetos. Essa divisão é importante para a escolha do perfil do aluno que atuará em cada área. A administração da associação civil assemelha-se à administração de organizações que atuam no mesmo molde, e lida com questões legais e com técnicas administrativas e de gestão. A área de projetos é responsável por viabilizar a finalidade da EJ, e compreende áreas como recursos humanos, marketing, financeiro etc.

Matos (1997) apresenta uma forma com a qual a EJ pode lidar com uma demanda. O primeiro passo é a chegada da solicitação por algum terceiro, seja uma pequena ou média empresa, seja uma pessoa física com alguma questão a ser solucionada. A partir daí, um dos diretores deve entrevistar o solicitante, com o objetivo de diagnosticar o problema com o maior número possível de informações. Com essas informações, o diretor deve procurar um docente da área do problema, para que este avalie a complexidade da demanda. O docente, junto com os estudantes, deve definir que tipo de projeto pode ser desenvolvido pela organização.

Com as observações do docente, define-se o perfil do estudante necessário para a execução do projeto, e aí, a estrutura de marketing da EJ divulga as vagas para os alunos da instituição e que fazem parte da associação para que a estrutura de RH selecione os interessados. Os alunos selecionados marcam as entrevistas necessárias com o requerente a fim de responder às seguintes questões: qual deve ser o produto final apresentado? Qual o prazo para a realização do projeto? Nesta fase, as informações recolhidas devem embasar a proposta de trabalho, que resultará em um termo de responsabilidade que deve ser assinado pelas duas partes, a empresa cliente e a EJ.

Munida da proposta de trabalho, a estrutura financeira pode elaborar uma proposta

financeira, baseada nas informações que foram coletadas nas entrevistas realizadas. A EJ deve fornecer, portanto, dois documentos: uma proposta de trabalho e uma proposta orçamentária. Se a proposta for aceita, os dois documentos devem ser assinados. Com o contrato assinado, os consultores juniores podem começar a executar a proposta de trabalho, sempre com a supervisão do docente. Para isso, os alunos recebem uma bolsa auxílio, com o valor que estiver estipulado na proposta orçamentária. De acordo com o cronograma apresentado na proposta, ao final do prazo, deve ser apresentado um relatório final que contenha as soluções para o problema inicialmente apresentado.

Os alunos envolvidos no planejamento da EJ atuam de forma voluntária, ou seja, não têm remuneração para fazer esse trabalho. Assim, a diretoria executiva deve encontrar formas de motivar esses alunos, e também é importante conseguir o auxílio de diversos estudantes, para que poucos não se sobrecarreguem com as tarefas, e assim seja garantido o funcionamento das atividades relacionadas à estrutura organizacional. Sobre motivar os alunos que prestam trabalho voluntário, uma forma de atrair os estudantes é ressaltar a aquisição de experiência prática e o aprendizado relevante para a vida profissional.

Já os alunos que atuam como consultores juniores recebem uma bolsa, que tem o valor estipulado pela EJ. Quanto à relação contratual existente entre a EJ e os alunos, “é sob a forma de estágio que a contratante (Empresa Júnior) oferece ao contratado (estudante consultor Júnior selecionado para um projeto específico)” (Matos, 1997, p. 26-27). É nesta área que os estudantes colocam em prática os ensinamentos teóricos recebidos em sala de aula. “Para isso, são oferecidas prestações de serviços para a sociedade em geral, expondo os estudantes à realidade de mercado e social. É também a área que propicia uma maior aproximação entre os estudantes e seu orientador, um momento rico de aprendizagem para os primeiros” (Matos, 1997, p. 33).

Quanto aos projetos que devem ser desenvolvidos pela EJ, Matos (1997, p. 32) explica:

Um projeto pode ser entendido como qualquer espécie de trabalho aplicado que possa gerar ganhos de aprendizado prático para os estudantes que o realizam. Os projetos podem ser apresentados por estudantes da instituição de ensino que encontram na Empresa Júnior a estrutura e a possibilidade para implementarem suas ideias. Podem ser propostos pelos próprios membros da diretoria executiva ou conselho administrativo, com o intuito de suprir alguma carência de capacitação técnica dos membros que possuem atividades específicas de organização da estrutura da associação, ou mesmo dos estudantes que irão realizar os projetos. [...] No entanto, o maior número de projetos são demandados por empresários ou membros de outras organizações da sociedade. A diretoria executiva irá criar as condições para a realização do projeto proposto, selecionando os

estudantes consultores juniores, contratando um orientador e calculando o custo do projeto.

Segundo o autor, o orçamento do projeto deve ser calculado de acordo com o número de horas necessárias para o seu desenvolvimento e conclusão. A bolsa oferecida pela EJ aproxima-se ao valor pago aos estagiários no mercado. Geralmente, essa é a destinação da maior parte do orçamento da EJ, por ser uma associação sem fins lucrativos. Essa política de remuneração possibilita a oferta de serviços de consultoria com custos mais baixos em comparação ao mercado, tornando-os acessíveis a um público com menor condição financeira, como micro e pequenas empresas e entidades do terceiro setor.

3.1 Legislação

De acordo com o Brasil Júnior (Brasil Júnior, 2024), existem no Brasil 1.612 Empresas Juniores em mais de 361 universidades e mais de 32.000 estudantes atuando como empresários juniores nessas associações. O Brasil Júnior é uma instância que representa as empresas juniores no Brasil, e organiza eventos, concentra informações relativas a esse assunto, e tem como missão “Representar e potencializar o Movimento Empresa Júnior como agente de formação de lideranças empreendedoras comprometidas e capazes de transformar o país em um Brasil Empreendedor” (Brasil Júnior, 2021).

Como forma de regular a criação e a existência das EJs, foi sancionada em 2016 a lei das Empresas Juniores. A vigência da lei nº13.267 foi uma forma de fomentar e incentivar a existência das Empresas Juniores. Sua ementa esclarece que a lei “Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior” (Brasil, 2016).

A lei define a EJ como uma

associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho (Brasil, 2016).

Ainda de acordo com a lei, a EJ deve ser registrada como associação civil no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Deve também estar vinculada à instituição de ensino superior e desenvolver serviços relacionados a pelo menos um curso de graduação, que deve constar no estatuto da EJ.

Sobre as atividades desenvolvidas pela EJ, essas devem seguir pelo menos uma das

seguintes condições:

- I - relacionem-se aos conteúdos programáticos do curso de graduação ou dos cursos de graduação a que se vinculem;
- II - constituam atribuição da categoria profissional correspondente à formação superior dos estudantes associados à entidade (Brasil, 2016).

No mesmo artigo fica estabelecido que as atividades devem ser orientadas e supervisionadas por professores e profissionais da área, e sua gestão é independente da direção da faculdade, do centro acadêmico ou de qualquer outra entidade acadêmica, proporcionando autonomia na gestão de suas atividades. A lei ressalta que as EJs devem ter fins educacionais e não lucrativos. Assim, fica determinado que os serviços prestados pelos alunos ocorrem de forma voluntária. É permitido às EJs cobrar pela prestação de serviços, contanto que haja a supervisão de professor ou profissional habilitado para acompanhamento da atividade. A renda advinda dos serviços prestados deve ser utilizada para as atividades-fim da empresa.

São estipulados alguns objetivos a serem alcançados pelas EJs, dentre eles, pode-se destacar:

- I - proporcionar a seus membros as condições necessárias para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos referentes à respectiva área de formação profissional, dando-lhes oportunidade de vivenciar o mercado de trabalho em caráter de formação para o exercício da futura profissão e aguçando-lhes o espírito crítico, analítico e empreendedor;
- II - aperfeiçoar o processo de formação dos profissionais em nível superior; [...]
- IV - melhorar as condições de aprendizado em nível superior, mediante a aplicação da teoria dada em sala de aula na prática do mercado de trabalho no âmbito dessa atividade de extensão; [...]
- VI - intensificar o relacionamento entre as instituições de ensino superior e o meio empresarial [...] (Brasil, 2016).

A fim de alcançar seus objetivos, o artigo 6 enumera algumas responsabilidades da EJ:

- I - promover o recrutamento, a seleção e o aperfeiçoamento de seu pessoal com base em critérios técnicos;
- II - realizar estudos e elaborar diagnósticos e relatórios sobre assuntos específicos inseridos em sua área de atuação;
- III - assessorar a implantação das soluções indicadas para os problemas diagnosticados;
- IV - promover o treinamento, a capacitação e o aprimoramento de graduandos em suas áreas de atuação;
- V - buscar a capacitação contínua nas atividades de gerenciamento e desenvolvimento de projetos;
- VI - desenvolver projetos, pesquisas e estudos, em nível de consultoria, assessoramento, planejamento e desenvolvimento, elevando o grau de qualificação dos futuros profissionais e colaborando, assim, para aproximar o ensino superior da realidade do mercado de trabalho; [...]
- VIII - promover e difundir o conhecimento por meio de intercâmbio com outras associações, no Brasil e no exterior (Brasil, 2016).

Para o funcionamento da EJ é necessária a aprovação do plano acadêmico pelo órgão colegiado da unidade em que se insere a empresa. A elaboração do plano cabe aos alunos interessados em iniciar a EJ e um professor orientador, e nele deve conter a indicação de:

- I - reconhecimento da carga horária dedicada pelo professor orientador;
- II - suporte institucional, técnico e material necessário ao início das atividades da empresa júnior (Brasil, 2016).

A instituição de ensino superior fica autorizada a disponibilizar, sem custos, um local dentro de suas dependências para que a empresa júnior desenvolva suas atividades de assessoria e consultoria. Outra vantagem para os alunos prevista na lei é que as atividades da EJ passam a ser inseridas no conteúdo acadêmico como atividades de extensão preferencialmente.

O conteúdo da lei busca fortalecer o vínculo entre EJ e instituição de ensino superior em que a empresa estiver inserida. A lei ressalta a importância do uso de conteúdos acadêmicos nas atividades das EJs, como forma de dar suporte à experiência para a vida profissional na área de formação dos estudantes que integram a EJ. Ao possibilitar a vivência profissional, a existência da EJ contribui para uma melhora nas condições de aprendizado dos alunos, e permite que a instituição de ensino divulgue suas práticas e conhecimentos para a sociedade.

3.2 Empresa Júnior de Biblioteconomia

No Brasil, a primeira experiência em EJ na área de Biblioteconomia foi iniciada no ano de 2004 na UFSC (Monteiro, 2013) e depois surgiram EJs em diversos outros cursos pelo país. A respeito dos serviços prestados por essas associações no campo da Biblioteconomia, Monteiro (2013) relata:

A diversidade de serviços prestados por essas empresas partem desde os serviços base da atividade bibliotecária, até serviços considerados mais aprofundados da práxis bibliotecária, que exigem um maior conhecimento do prestador, no caso dos estudantes. São serviços como normalização de trabalhos acadêmicos; consultoria em implantação, organização e gestão de bibliotecas; consultoria em gestão da informação; elaboração de tesouros; catalogação de materiais, dentre outros serviços que permeiam as ações das empresas juniores na área de Biblioteconomia.

São Bernardo (2011) fez um levantamento e dividiu as atividades desenvolvidas pelas EJs de Ciência da Informação em cinco grupos: Classificação e organização de Arquivo; Classificação e organização de bibliotecas; Assessoria de gestão e gerenciamento da

informação; Conservação documental e Descrição da informação. Essas áreas relacionam-se com disciplinas oferecidas nos cursos de graduação, reforçando a execução prática dos conhecimentos teóricos adquiridos.

Dentre as EJs de Biblioteconomia e CI, pode-se citar a da UNESP (EGID Jr.) e a da UFSCar (LiberJr). A EGID Jr. não está mais em atividade, mas foi fundada em 2007 e era vinculada ao curso de Arquivologia e Biblioteconomia da UNESP. A intenção dos alunos que a fundaram era aproximar as áreas do curso com o mercado de trabalho, sob a supervisão dos professores responsáveis. No primeiro ano de existência, o foco da EJ foi sua estruturação interna, para poder iniciar com a prestação de serviços no ano seguinte. A organização da empresa contava com os seguintes cargos: presidência, diretoria administrativo-financeira, diretoria de marketing, diretoria de projetos, diretoria de qualidade e diretoria de recursos humanos. De acordo com a apresentação disponível no site,

A Empresa Junior possibilita aos membros associados a oportunidade de aplicar na prática o conhecimento teórico adquirido nas aulas, inserindo o aluno no universo empresarial, através da prestação de consultoria, assessoria e prestação de serviços, além de treinamento em serviços arquivísticos e biblioteconômicos de funcionários, visando uma atuação profissional de qualidade (Universidade Estadual Paulista, 2024).

A EGID teve seu primeiro serviço prestado na área de Arquivologia, com a organização de documentos seguindo os procedimentos arquivísticos, em uma empresa na cidade de Marília. No campo da Biblioteconomia a EJ atuou na área social, incluindo grupos de leitura e oficinas de contação de histórias e também na organização de bibliotecas (catalogação, classificação e indexação de documentos), oficinas de conservação de documentos e livros.

A LiberJr está em operação e foi fundada em 2019 e tem como propósito complementar a formação dos discentes do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação. O objetivo da EJ é a capacitação dos alunos para prepará-los para a entrada no mercado de trabalho quando formados. Segundo apresentação da EJ,

Através de atividades desenvolvidas ao longo do ano, nossos membros têm a oportunidade de aprender e participar ativamente de organização de eventos, produção e coordenação de oficinas e minicursos, prestação de serviços e consultoria no escopo da Ciência da Informação, além de desenvolver competências e habilidades necessárias dentro do meio corporativo empresarial (DCI-UFSCAR, 2024).

De acordo com postagem na página do Facebook (LiberJr, 2023), a EJ tem como missão: “viabilizar a formação prática e interdisciplinar dos estudantes; contribuir para o acesso à informação e conscientização social para atuação no mercado de trabalho; promover

a visibilidade do curso e área de atuação para com a comunidade interna e externa”. A intenção da EJ é atuar além do campo acadêmico, e a prestação de serviços para a comunidade externa é uma forma de divulgar o trabalho do bibliotecário e de quais formas ele pode atuar, além da atuação em bibliotecas.

Ainda segundo a página da EJ, os serviços oferecidos são: consultoria em gestão de arquivos; organização e digitalização de acervos; padronização e gestão de documentos internos; diagnóstico e mapeamento de processos; normalização de trabalhos acadêmicos; avaliação de conformidade de produções literárias e técnico-científicas; elaboração e revisão de currículo Lattes; apoio às bibliotecas (públicas e privadas, escolares e universitárias), workshops e minicursos e capacitação dos alunos da universidade em que estão localizados.

Os serviços propostos pelas duas associações enquadram-se nos agrupamentos propostos por São Bernardo (2011). Algumas demandas dos solicitantes podem exigir conhecimentos que vão além dos ensinamentos acadêmicos, e por isso é exigida a orientação de um professor responsável pela EJ, que vai direcionar e subsidiar os conhecimentos necessários para a prestação do serviço. É também uma oportunidade de o aluno entrar em contato com outros profissionais para entender como funciona tal atividade, ou até de aprofundar seus estudos em determinados conhecimentos da área da Biblioteconomia.

A prestação de serviços por demandas reais de mercado exige dos alunos um acompanhamento do campo em que atuam e como consequência, os mantém atualizados para as exigências do mercado que enfrentarão quando se formarem. Ainda que atuando na EJ e realizando as demandas solicitadas, a formação acadêmica fornece conhecimentos técnicos necessários para a resolução de problemas, assim como prepara os alunos a pensarem e agirem de forma crítica diante de questões humanas e culturais. É importante que a formação contemple essas duas dimensões, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e engajados com a sociedade.

4 O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Cursos de graduação estão diretamente relacionados ao mercado de trabalho. A formação de alunos em instituições de ensino com nível superior pretende preparar e qualificar sujeitos que respondam às demandas de mercado e da sociedade, alinhando o conhecimento teórico com a prática profissional, preparando os egressos para os desafios da profissão. É importante que os estudantes tenham não só uma formação técnica, voltada para sua área de atuação, mas que desenvolvam também uma postura crítica e reflexiva diante dos desafios e das transformações sociais. Assim, o processo de formação dos alunos é uma oportunidade de a instituição de ensino transmitir à sociedade o conhecimento produzido internamente, e também de colocar em prática ferramentas e a produção do conhecimento que estreitem os laços entre a universidade e a comunidade, promovendo a troca de experiências entre esses diferentes atores.

A formação do bibliotecário habilita o profissional a atuar no campo da Biblioteconomia. Essa atividade já era realizada nas primeiras bibliotecas que possuíam como objetivo a conservação e a guarda do conhecimento e, conseqüentemente, o acesso e a transmissão das informações registradas. O surgimento das bibliotecas está relacionado à produção do conhecimento e à escrita – a biblioteca de Alexandria, por exemplo, data do século III a.C. A preservação do conhecimento demandou a incorporação de técnicas, teorias e metodologias voltadas para a organização e recuperação das informações geradas.

Com o passar do tempo, houve avanços e transformações das sociedades em aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. Tais avanços foram acompanhados de grandes mudanças tecnológicas em diversas áreas da vida humana e atualmente chegamos ao que conhecemos como “sociedade da informação”,

termo que caracteriza a nova realidade do século XXI, identificada com profundos impactos em várias estruturas da sociedade, principalmente nas esferas da economia e do trabalho, que se viram reinventadas no que se chamou de reestruturação produtiva, compreendendo a informação e as tecnologias enquanto insumos de produção, inovação e desenvolvimento socioeconômico. (Apóstolo; Moro; Alencar, 2021, p. 16)

As novas configurações sociais e tecnológicas requerem profissionais que saibam lidar com as questões postas e responder às novas problemáticas que surgem. Isso influencia na formação dos futuros profissionais que entrarão para o mercado de trabalho, o que exige competências para lidar com os desafios de uma nova produção moldada por tecnologias e inovações.

No campo da Biblioteconomia, têm destaque as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que requerem “um profissional com aptidão, em condições de estar constantemente incorporando novas competências e habilidades no manejo de tratamento, uso e acesso à informação” (Apóstolo; Moro; Alencar, 2021, p. 16). O surgimento dessas novas demandas e suas constantes transformações fazem com que as instituições de ensino revejam e reelaborem tanto suas grades curriculares como seus métodos de ensino, de forma a se adequar às crescentes inovações profissionais da área.

Guimarães (2004, p. 89) evoca duas dimensões características de uma área do conhecimento, citadas por Martha Dosa:

aquela ligada à formação profissional e à geração do conhecimento, comumente denominada mundo acadêmico (ensino e pesquisa) e uma outra, ligada à aplicação de tais conhecimentos (teorias, metodologias etc) a contextos específicos, caracterizando o exercício ou prática profissional.

Segundo o autor, na área da Biblioteconomia dois atores diferentes participam da construção de tais dimensões com características distintas. Por um lado, os órgãos relacionados à atuação profissional (conselhos, associações etc) preocupam-se com as questões relativas ao mercado de trabalho, ética profissional, denominações profissionais etc, enquanto as instituições de ensino superior ocupam-se com questões curriculares, com a capacitação de docentes, com pesquisas de alunos. As diferentes atuações demonstram uma cisão entre o mundo profissional e o acadêmico, que, entretanto, deveriam ser complementares.

Sob uma perspectiva histórica a respeito do ensino de Biblioteconomia no Brasil, cabe indicar que a criação do primeiro curso voltado para a área ocorreu graças aos esforços de Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional à época em que foi criado o Curso da Biblioteca Nacional, pelo Decreto nº 8.835, de 11 de junho de 1911. O curso teve início no ano de 1915 e foi o primeiro da área na América Latina e o terceiro no mundo (Russo, 1966, p. 15).

De acordo com Corte (*apud* Apóstolo; Moro; Alencar, 2021, p. 20) esse primeiro curso teve influência da *École des Chartes*, na França, até o início da década de 1930, que possuía característica humanística e era voltado para os funcionários da própria Biblioteca. A *École des Chartes* foi fundada na França em 1821, e tinha como missão formar curadores patrimoniais, principalmente para as bibliotecas. Além disso,

a ideia inicial da criação da Escola coube ao Barão de Gerando, Secretário-Geral do Ministério do Interior em 1806, o qual propôs a fundação de uma grande instituição nacional, na qual os estudiosos mais

experientes iriam trabalhar na formação dos curadores do conhecimento e dos manuscritos da Idade Média. Esses jovens iriam se destacar por sua educação e pelo apreço para com as ciências históricas (Hubner; Silva: Atti, 2021, p. 334-335).

Segundo os autores, havia na França a preocupação em formar o bibliotecário não apenas com conteúdos técnicos, mas sim com uma ampla formação, com conteúdos culturais e científicos. No Brasil, o curso da Biblioteca Nacional não era considerado um curso superior e tinha como objetivo “prover mão de obra qualificada para as necessidades da própria Biblioteca Nacional [...]. À época, exigiam-se dos postulantes conhecimentos humanísticos, em Artes, Línguas, e também em Ciências, parâmetros emprestados da *École Nationale des Chartes*” (Siqueira e Siqueira, 2014, p. 18).

Em São Paulo, o segundo curso da área surgiu em 1929 no Mackenzie College (hoje Universidade) e foi orientado pela bibliotecária norte americana Mrs. Dorothy Muriel Gedds Gropp. No início de 1930 foi anunciada a organização de um curso tutelado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que teve como diretor o Dr. Eurico Doria de Araujo Góes, o primeiro diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo. Em decorrência desses acontecimentos, foi fundado, em 1936 pelo Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, o primeiro curso regular de Biblioteconomia. Segundo Russo (1966, p. 16),

essa iniciativa, que deu cunho oficial ao ensino da biblioteconomia em nosso Estado, é devida ao então Prefeito Dr. Fábio da Silva Prado. Complementando tão acertada medida, ele convidou os bibliotecários Rubens Borba Alves de Moraes e Adelpha Silva R. de Figueiredo para dirigir o curso. A esses profissionais se deve, não só a formação dos primeiros técnicos em São Paulo, mas a implantação de uma biblioteconomia nova, sendo a Biblioteca Municipal de São Paulo o laboratório onde puderam treinar muitas gerações de bibliotecários e provar quanto é benéfico um acervo organizado e serviço da coletividade.

Na década de 1930, a cidade testemunhou a elaboração e implantação do Departamento Municipal de Cultura, durante a gestão do prefeito Fábio Prado. Segundo Duarte (2022, p. 96), o Departamento pretendia criar um sistema de parques infantis, realizar a restauração e publicação de documentos históricos, consolidar teatros, bibliotecas. E assim fundaram-se a Biblioteca Circulante, a Biblioteca Infantil e a Biblioteca Ambulante, que foi montada em um automóvel e circulava por alguns pontos da cidade. Nesse período também foi iniciada a construção da Biblioteca Central, na rua Xavier de Toledo, no centro da cidade. De acordo com Duarte (2002, p. 131),

[...] era preciso estruturar a profissão e a carreira de bibliotecário. Fundou-se o Conselho Bibliotecário, fechando entrada às bibliotecas aos

funcionários sem especialização e sem cursos de biblioteconomia. Abriu-se a Escola de Biblioteconomia anexa à Biblioteca Pública e encheu-se de jovens de mentalidade nova, influência da mentalidade do Departamento de Cultura. Os burocratas arcaicos que levavam para as bibliotecas o seu próprio mofo fizeram uma gritaria louca contra a lei [...] Mas a resistência foi grande e a lei venceu, impôs-se e começou a preparar verdadeiros bibliotecários para as bibliotecas de São Paulo.

O curso oferecido pela Prefeitura teve seus subsídios cortados em 1939, e em seguida foi suprimido pelo Prefeito Prestes Maia. Os dirigentes do curso encontraram apoio, então, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde o curso foi reinstalado em 1940. De acordo com Russo (1966, p. 17), entre 1943 e 1959, “a Escola de Biblioteconomia de São Paulo foi dirigida pelo bibliotecário Francisco José de Almeida Azevedo a quem coube solucionar os inúmeros problemas para a sobrevivência daquela casa de ensino”.

A formação do curso em São Paulo era voltada para uma base mais tecnicista, o que se materializava com uma diferenciação nos currículos de cada escola e também nas práticas técnicas (Apóstolo; Moro; Alencar, 2021, p. 20). A tendência tecnicista do curso oferecido em São Paulo ocorreu

por meio da adoção inaugural da pedagogia americana na fundação do *Mackenzie College* em São Paulo e também se verifica no seu pioneiro curso de Biblioteconomia em 1929, estruturado e dado pela bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Gedds Gropp, cuja sucessora no Mackenzie foi Adelpha Figueiredo Rodrigues. (Siqueira; Siqueira, 2014, p. 18-19)

A partir de 1920 as práticas bibliotecárias no Brasil começam a ser influenciadas pelo modelo norte-americano de Biblioteconomia, marcado por um enfoque no pragmatismo técnico-racionalista. As novas influências levaram a uma modificação do currículo de disciplinas do curso da Biblioteca Nacional em 1944, que incorporou disciplinas técnicas, como catalogação, classificação, bibliografia e referência, de acordo com as demandas existentes nas rotinas de trabalho.

Em São Paulo, Rubens Borba de Moraes tornou-se, em 1936, um dos responsáveis pela estruturação da Escola de Biblioteconomia da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo. Moraes havia estagiado na Biblioteconomia norte americana, e a Escola de São Paulo teve como base a epistemologia da

American Library Association (ALA) e da *Columbia University*, instituições que ressaltavam a necessidade de valores pragmáticos por meio de uma pedagogia fundada majoritariamente na conhecida tríade disciplinar: Catalogação, Organização de Biblioteca, e Classificação (Russo *apud* Siqueira; Siqueira, 2014, p.19).

Russo (1966, p. 19) relata que o currículo mínimo obrigatório para a formação dos bibliotecários só foi estabelecido em 1962, iniciativa encabeçada pelo Professor Durmeval Trigueiro Mendes, que à época era o diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Foi então nomeada uma comissão, composta por sete bibliotecários, que deliberou sobre as questões acerca do currículo mínimo e assim disciplinou a matéria em todo o país. Segundo a autora, algumas escolas ficaram insatisfeitas, por entenderem que a formação deveria ser mais técnica e o currículo mínimo determinava a inclusão de matérias culturais, o que foi considerado exagerado por algumas instituições.

As disciplinas obrigatórias propostas pela comissão que elaborou o currículo mínimo eram:

1. Bibliografia;
2. Catalogação;
3. Classificação;
4. Documentação;
5. História da Arte;
6. História da Ciência e da Tecnologia;
7. História da Literatura;
8. História do Livro e das Bibliotecas;
9. Introdução à Filosofia;
10. Introdução às Ciências Sociais;
11. Organização e Administração das Bibliotecas e Serviços de Documentação;
12. Referência;
13. Seleção de Livros (Russo, 1966, p. 21)

Observa-se que o currículo proposto buscava equilibrar disciplinas com formação além das técnicas bibliotecárias. Apesar de parecer uma formação para profissionais que atuavam apenas em bibliotecas, havia a preocupação de uma formação mais ampla, pretendendo que o aluno obtivesse visão crítica e abordagem de realidades diversas. A comissão justificou a escolha das disciplinas afirmando a existência de uma crise no ensino da Biblioteconomia, e que depois de meio século de existência do primeiro curso,

o ensino de Biblioteconomia deixou de ser eminentemente erudito para tornar-se, no decorrer dos anos, exclusivamente técnico. Disto resultou um visível rebaixamento do nível do bibliotecário, reduzido a produzir fichas e ordenar livros nas estantes, sem participar das responsabilidades de direção das bibliotecas que estão a reclamar, em escala crescente, a orientação de pessoas tecnicamente habilitadas. (Russo, 1996, p. 23)

No entanto, as matérias exigidas pela Resolução homologada foram:

1. História do Livro e das Bibliotecas;
2. História da Literatura;
3. História da Arte;
4. Introdução aos Estudos Históricos e Sociais;
5. Evolução do Pensamento Filosófico e Científico;
6. Organização e Administração de Bibliotecas;
7. Catalogação e Classificação;
8. Bibliografia e Referência;
9. Documentação;
10. Paleografia. (Brasil, *apud* Russo, 1966, p. 25)

O currículo homologado era semelhante ao proposto, e ficou dividido entre as matérias técnicas e as humanistas. Os dois abordaram a formação que compreendia as Ciências Sociais e a Filosofia, assim como a História da Arte, dos Livros e das Bibliotecas. O núcleo técnico, voltado à formação profissional do bibliotecário, ficou compreendido nas disciplinas de Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia. A Resolução trouxe também possíveis variações dos nomes adotados pelos cursos, por exemplo, a utilização do nome Introdução à Catalogação e Classificação na matéria de Catalogação e Classificação.

Segundo Siqueira e Siqueira (2014, p. 19), no geral, prevaleceu nas instituições de ensino a prática tecnicista, de acordo com o que foi observado pelos autores nas grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. Para os autores, é possível observar a “consolidação de uma cultura profissional, a partir de 1940, com os estímulos do Instituto Nacional do Livro (INL)” (2014, p. 19), o que fomentou a ampliação do número de bibliotecas e, como consequência, o aumento da demanda por profissionais da área e de cursos para a formação desses profissionais.

Sobre o percurso de consolidação dos currículos, os autores mencionam que

Durante a década de 1970, após a criação da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) em 1967, estrutura-se a padronização dos currículos de Biblioteconomia com a materialização do primeiro currículo mínimo de três anos; o segundo dar-se-ia em 1980. Com a subsequente criação dos programas de pós-graduação a partir de 1970, consolidaram-se ainda mais os vetores de disseminação de pesquisa e metodologias acadêmicas, favorecendo igualmente a produção de materiais didáticos, periódicos e revistas de difusão de informação (2014, p. 19).

Com a preocupação de estabelecer um tangenciamento entre o mundo acadêmico e o profissional, Guimarães (2004, p. 90) questiona como identificar “ações conjuntas ou complementares entre as atividades de ensino/pesquisa/extensão e a atividade profissional” do bibliotecário, que tem como objetivo final responder às demandas de usuários de forma adequada e eficiente. O autor cita a importância da clara definição do papel de cada parte, para que possam ser integradas em seu universo comum.

Assim, o autor define que a esfera acadêmica deve fundamentar a formação do

cidadão crítico e reflexivo, que possa, profissionalmente, dar conta de habilidades gerais como flexibilidade, imaginação, inovação, criatividade, trabalho em equipe etc, assim como de competências que lhe permitam gerenciar, de forma proficiente, conhecimentos específicos ou mesmo à solução de problemas" (Guimarães, 2004, p. 90)

De acordo com essa definição, a instituição deve lidar com questões relativas a habilidades e competências do profissional, conforme os marcos teóricos e metodológicos. A inclusão dessas preocupações na formação possibilita ao aluno “descobrir o universo da área de Biblioteconomia e nela interagir, por meio do confronto de ideias, do exercício da reflexão, do cotejo entre teoria e prática, gerando assim, novo conhecimento” (Guimarães, 2004, p. 90). São questões subjetivas, mas relevantes para a formação do futuro profissional e são tratadas de acordo com a visão que a instituição de ensino tem sobre a área.

Apóstolo, Moro e Alencar (2021, p. 21) lembram também do desafio da interdisciplinaridade existente na formação em Biblioteconomia. Para as autoras, o bibliotecário precisa se metamorfosear de acordo com as demandas sociais e econômicas do país e principalmente com o surgimento das TICs, o que possibilita a esse profissional a atuação em diversos espaços de trabalho, muito além das bibliotecas, “onde o profissional deve atuar com domínio de práticas concernentes a um modelo biblioteconômico reformulado e inovador de que o ensino necessita”.

Em contraposição, a prática profissional “desenvolve-se entre as dimensões do legal (legislação profissional, fiscalização profissional etc) e do ideal (anseios e reivindicações profissionais, imagem profissional etc) buscando dar respostas concretas a demandas sociais específicas e em um contexto de coletivo profissional” (Guimarães, 2004, p. 90). Para o autor, a esfera da prática profissional lida então com questões mais burocráticas e objetivas e menos com as subjetividades que foram apontadas no campo acadêmico.

As instituições de ensino superior e de pesquisa devem assumir o papel da formação profissional “para um mundo em diversificado e em constante mudança, buscando não apenas

formar para as contingências de hoje, mas para as perspectivas do amanhã e, também, de criação de novos mercados profissionais” (Guimarães, 2004, p. 91). Além disso, essas instituições também devem assumir o papel de fomento à pesquisa, geradora de novos conhecimentos e fruto de reflexões e críticas. A soma desses dois papéis caracteriza a área acadêmica como "um espaço de alimentação teórica e metodológica para a prática profissional" Guimarães, 2004, p. 91).

Já a prática profissional ocupa-se da dimensão social da área, e ao mesmo tempo em que se alimenta das produções da esfera acadêmica, também configura-se como campo de aplicação das teorias e metodologias, possibilitando o surgimento de concepções e necessidades reais, fomentando a geração e a disseminação de conhecimento como ferramentas do desenvolvimento social.

4.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia

Atualmente, a formação do profissional bibliotecário é baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que pretendem vincular a formação ao exercício profissional e, de acordo com a orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação publicadas pelo Ministério da Educação em 1997, essas diretrizes deveriam:

- (i) garantir liberdade às instituições, para que elas mesmas decidissem tempos e conteúdos; (ii) levar as instituições a pensar a formação para além da sala de aula; (iii) sendo assim, fazer com que o ensino da teoria aconteça articulado com a prática; (iv) fomentar a autonomia do estudante - futuro profissional - e, por fim, (v) levar a instituição a praticar, sistêmica e sistematicamente, autoavaliação. (MEC/CNE, 1997 *apud* Teixeira Junior, 2020, p. 3-4)

As orientações previam ainda “Encorajar o reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar, inclusive os que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada” (MEC/CNE, 1997, *apud* Teixeira Junior, 2020, p. 4) fazendo menção às habilidades e competências, o que demonstra uma preocupação com a versatilidade necessária aos futuros profissionais e uma contraposição à formação vista como uma simples apropriação de conhecimentos:

Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam, as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado

de trabalho e das condições de exercício profissional (CNE/CES *apud* Teixeira Junior, 2020, p. 5)

A respeito das diretrizes curriculares específicas do curso de Biblioteconomia, é estabelecido o perfil dos formandos:

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (Brasil, 2001, p. 32)

Em concordância com o que foi discutido anteriormente, é previsto que os formados no curso de Biblioteconomia sejam flexíveis e versáteis tanto nas habilidades e competências requeridas quanto nos diferentes campos de atuação possíveis. A descrição menciona a capacidade de lidar com problemas da prática profissional mas também a adoção de uma postura crítica diante das realidades enfrentadas.

O documento divide o conteúdo curricular em duas áreas, uma com conteúdos de “formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia” (Brasil, 2001, p. 33) e a outra área de formação específica, com conteúdos "nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta" (Brasil, 2001, p. 33). Os conteúdos de formação geral “envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso” (Brasil, 2001, p. 33), enquanto os conteúdos de formação específica ou profissionalizantes, possuem caráter terminal e formam o núcleo básico da formação do bibliotecário.

Ainda com relação ao desenvolvimento de conteúdos, disciplinas como Metodologia de Pesquisa, Tecnologia em Informação, entre outras, podem “ser objeto de itens curriculares formalmente constituídos para este fim ou de atividades praticadas no âmbito de um ou mais conteúdos” (Brasil, 2001, p. 33). Quanto à formulação dos conteúdos, as diretrizes recomendam que os projetos acadêmicos priorizem a perspectiva humanística, com reforço a um sentido social e cultural, que extrapole “os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens” (Brasil, 2001, p. 33).

Há a possibilidade de a Instituição de Ensino fazer parcerias com outros cursos para:

- ministrar matérias comuns;

- promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- ampliar o núcleo de formação básica;
- complementar conhecimentos auferidos em outras áreas.

Mesmo com as orientações das Diretrizes Curriculares, “a estrutura geral do curso de Biblioteconomia deverá ser definida pelo respectivo colegiado, que indicará as modalidades de seriação, de sistema de créditos ou modular” (Brasil, 2001, p. 34). Não ficam determinadas exatamente quais disciplinas devem ser ministradas no curso, mas são dadas diretrizes para a formulação da grade curricular, com base nas práticas profissionais e realidade que serão enfrentadas pelos estudantes que se formarão.

4.2 O curso de Biblioteconomia da ECA-USP

O curso de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo (USP) é oferecido pela Escola de Comunicações e Artes (ECA). A Escola foi criada em 1966, e na época chamava-se Escola de Comunicações Culturais (ECC), recebendo o nome atual em 1969, quando passou a ter o objetivo de formar profissionais que respondessem às demandas do mercado profissional nas áreas das Artes, da Cultura e da Comunicação. Os primeiros cursos oferecidos pela Escola foram: Jornalismo, Rádio e Televisão, Artes Dramáticas, Cinema, Relações Públicas, Documentação e Biblioteconomia. Os cursos de Editoração e de Publicidade e Propaganda foram criados em 1970; Artes Plásticas e Música em 1971 e o de Turismo em 1972.

A proposta dos cursos de Documentação e Biblioteconomia respondia às demandas da época, com a necessidade de formação de profissionais para o mercado. O reconhecimento formal da profissão pelo Ministério do Trabalho ocorrera a partir da Lei 4.084, de 1962, mesmo ano da criação do primeiro currículo mínimo para a formação do bibliotecário. Sobre a criação dos cursos de Documentação e Biblioteconomia, o documento que traz as motivações para a criação da ECA pontua:

Os conceitos de biblioteca e de documentação evoluíram muito, sendo hoje considerados centros ativos da cultura, que não se preocupam somente em guardar publicações bem classificadas e catalogadas, mas em desenvolver intensa ação cultural para o meio em que atuam (RUSP N° 8185 *apud* Assis, 2009, p. 23)

Quanto ao curso de Biblioteconomia, seu anteprojeto estabelecia o cumprimento das disciplinas previstas na Resolução emitida pelo Conselho Federal de Educação em 1962, acrescidas as disciplinas consideradas pertinentes à formação. As matérias obrigatórias eram:

- Bibliografia;

- Catalogação;
 - Classificação;
 - Documentação;
 - Evolução do pensamento Filosófico e Científico;
 - História da Arte;
 - História da Literatura;
 - História do Livro e das Bibliotecas;
 - Introdução aos Estudos Históricos e Sociais;
 - Organização e Administração das Bibliotecas;
 - Paleografia;
 - Referência. (RUSP N° 8185 *apud* Assis, 2009, p. 25-26)
- Como disciplinas optativas, seriam ofertadas as seguintes:
- Introdução à Biblioteconomia;
 - Metodologia da investigação;
 - Seleção de material bibliográfico;
 - Áudio visual;
 - Relações Públicas;
 - O leitor e a biblioteca;
 - Reprografia;
 - Informação científica;
 - Didática de biblioteconomia;
 - Biblioteconomia comparada (RUSP N° 8185 *apud* Assis, 2009, p. 26)

Em 1968, o então diretor da ECC, Júlio Garcia Marejón, abriu um processo pela unificação dos cursos de Biblioteconomia e Documentação. Um dos argumentos expostos pelo diretor foi que, “após um ano de atividades acadêmicas, era necessário unificar cadeiras e disciplinas em departamentos, com objetivo de obter maior rendimento no uso de equipamentos e instalações” (RUSP N° 542/68 *apud* Assis, 2009, p. 30). Além disso, também discutiu-se sobre a similaridades das grades de disciplinas de cada curso, o que contribuía para a junção deles. A união foi efetivada em 1970, antes da formação da primeira turma, e o curso foi denominado Curso de Biblioteconomia.

O curso com a nova denominação contemplou disciplinas técnicas, que abordavam temas como a “organização e recuperação dos acervos bibliográficos como livros e revistas e outros materiais”, assim como “problemas e soluções contemporâneas relativos à gestão,

organização, tratamento e recuperação da informação registrada nos mais diversos suportes físicos e, notadamente hoje, digitais” (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado). Além disso, ainda em 1970 foram incluídas disciplinas voltadas às teorias da Ação Cultural, que tinham como preocupação a formação do bibliotecário como mediador entre a informação e os usuários de unidades de informação e de cultura. Já antevia-se a possibilidade de atuação além das bibliotecas, podendo esse profissional atuar também em museus, centros culturais, arquivos, entre outros.

Mais adiante, no século XXI, os avanços tecnológicos trouxeram novas demandas e modos de se apropriar das informações. O surgimento e o estabelecimento da Internet, as relações em rede, exigiram também dos bibliotecários uma atualização profissional, que contemplasse as necessidades atuais e competências exigidas por tais mudanças. A grade de disciplinas proposta pelo Plano Político Pedagógico para o ano de 2025 busca responder às questões contemporâneas, de modo a qualificar o aluno para o mercado de trabalho que terá que enfrentar depois de sua formação. Assim, o Projeto visa desenvolver habilidades e competências para o futuro profissional que deve

atuar tanto no âmbito da conservação e da preservação da memória escrita, da cultura e dos processos de organização e recuperação da informação em ambientes como bibliotecas, centros de documentação e serviços de informação, como na construção de conhecimentos especializados, multimídia em formatos digitais distribuídos em rede, garantindo sua inserção na vanguarda da sociedade contemporânea conectada, com suas novas lógicas de produção, circulação, distribuição e apropriação da informação. (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado)

Desde 2021 é prevista na formação dos alunos de Biblioteconomia da ECA a possibilidade de se obter o Certificado em Biblioeducação, com a intenção de formar educadores (bibliotecários e professores) que atuem em bibliotecas escolares. Além disso, o Plano também busca por “mudanças que possam superar hiatos existentes entre as novas demandas socioculturais e a formação de profissionais adequadamente preparados para enfrentar um mercado em constante transformação” (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado). O projeto pretende se ajustar às duas tarefas fundamentais da Universidade Pública:

sua atualização permanente, com base na observação atenta dos problemas socioculturais, e invenção/construção de caminhos, meios e mecanismos de respostas às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa, virtual e interativa, que participa dos novos processos de comunicação como produtora e não só consumidora de informação, implicando, portanto, profissionais críticos e criativos que garantam a qualidade profissional em sua área de atuação. (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado)

Vê-se a intenção holística do projeto, que preocupa-se tanto com o bibliotecário como potencial mediador entre informação e educação e os alunos de escolas, ou usuários das diversas formas de unidades informacionais como com a atualização da técnica, com as transformações digitais da sociedade. Assim, o curso passa a se chamar Biblioteconomia e Ciência da Informação, denotando o acompanhamento das mudanças ocorridas na profissão e no fazer bibliotecário.

As disciplinas do curso são divididas em quatro grandes áreas: Estudos da informação, Biblioteconomia e Documentação; Organização e apresentação da informação e do conhecimento; Gestão da informação em bibliotecas e ambientes digitais e Mediação cultural. Segundo o PPP,

as disciplinas procuram abranger as competências que o aluno de Biblioteconomia deverá desenvolver para o seu exercício profissional como Bibliotecário, que podem ser complementadas com disciplinas optativas oferecidas pelo próprio departamento ou pelos demais cursos da USP, de outras universidades pela realização de Intercâmbio, por visitas técnicas e viagens didáticas.

Assim, de acordo com o Plano, as disciplinas obrigatórias oferecidas aos alunos ingressantes no ano de 2025 são:

- Biblioteca, Informação e Sociedade;
- Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação;
- Introdução à Análise Documentária;
- Informação, Conhecimento e Cultura;
- Redes Eletrônicas e Ambientes de Informação;
- Introdução à Pesquisa em Ciência da Informação;
- Introdução à Administração de Serviços de Informação;
- Biblioeducação: elementos conceituais e metodológicos;
- Catalogação Descritiva I e II;
- Elementos de Lógica para Documentação;
- Sistemas de Organização do Conhecimento;
- Recursos Informacionais;
- Métodos Digitais;
- Teoria da Ação Cultural;
- Documentação e Informação Digital;
- Informação, Ciência e Tecnologia;
- Documentação Audiovisual e Iconográfica;

- Estágio Supervisionado em Unidades de Informação;
- Administração de Recursos e Produtos de Informação;
- Estudo de Usuários da Informação na Era Digital;
- Linguística Documentária e Terminologia;
- Indexação: Teoria e Métodos;
- Serviços ao Usuário;
- Projeto Experimental em Biblioteconomia I e II;
- Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviços de Informação I e II;
- Formas, Estados e Processos da Cultura na Atualidade (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado).

Essa grade de disciplinas pretende contextualizar o aluno tanto nas questões técnicas da área, que é o caso das disciplinas de Catalogação Descritiva, de Indexação e de Linguística Documentária, quanto em questões da formação humana e cultural dos estudantes. A disciplina Teoria da Ação Cultural traz questionamentos acerca do quadro cultural atual e

pretende levar os alunos a pensar criticamente a questão da cultura, a entender qual o papel da cultura na sociedade atual e a importância das políticas culturais no contexto contemporâneo. A ideia é que a reflexão seja feita sempre em contexto a fim de que os alunos compreendam os conceitos dentro da dinâmica atual. (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado)

Além das discussões contemporâneas de conteúdos sociais e culturais, a formação também aborda tópicos relativos à tecnologia, como em Métodos Digitais e em Estudo de Usuários da Informação na Era Digital, que tem como ementa “Analisar e discutir métodos e procedimentos de estudos de usuários, considerando os ambientes tradicionais e os digitais. Analisar os modelos de busca, acesso, recuperação, apropriação e uso da informação na Web de Dados. Refletir sobre os Serviços de Informação na Era Digital” (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado).

A grade de disciplinas obrigatórias atende às demandas expostas pelas Diretrizes Curriculares, que propõe que o aluno formado pelo curso responda não apenas às questões da prática profissional, mas também tenha postura crítica diante da realidade, tenha a capacidade de produção e difusão do conhecimento e também esteja apto a atuar em diversos tipos de instituições, sejam elas bibliotecas, museus, centros culturais, centros de documentação etc. Quanto às habilidades e competências desejáveis apontadas nas Diretrizes, muitas dependem da personalidade e atitude do aluno diante dos problemas propostos pelas disciplinas. Por

exemplo a competência de “desenvolver e utilizar novas tecnologias” (Brasil, 2001, p. 32) – essas tecnologias podem ser apresentadas aos alunos em sala de aula, mas depende deles levarem esse ensinamento para fora do curso, e colocar em prática tais conhecimentos.

As Diretrizes não determinam quais são as disciplinas exatas que devem ser oferecidas no curso, mas indicam a existência de conteúdos de formação geral, de referências externas ao curso de Biblioteconomia, que podem envolver elementos teóricos e práticos, com o objetivo de obter o melhor aproveitamento dos conteúdos de cada curso. Indicam também a formação específica, com disciplinas voltadas à formação do profissional da Biblioteconomia, “nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta” (Brasil, 2001, p. 33). Fica recomendado, ainda, que “os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens” (Brasil, 2001, p. 33).

É possível perceber a correspondência entre as Diretrizes e o projeto proposto pelo PPP. Alguns dos itens esperados dependem da postura tanto de docentes quanto dos discentes, mas de todo modo, a grade do curso de Biblioteconomia da ECA compreende o que está exposto no documento das Diretrizes Curriculares. Algumas das expectativas quanto ao desenvolvimento de habilidades e competências poderiam ser desenvolvidas nas atividades complementares à formação curricular, como no estágio (obrigatório ou não obrigatório) e na atuação na Empresa Júnior do curso. Por exemplo “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos” ou “traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação” (Brasil, 2001, p. 32) são ações relativas à prática que poderiam ser trabalhadas dentro de disciplinas, no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, mas a vivência profissional, com demandas reais, pode fomentar essa experiência de forma mais proveitosa para o aluno.

4.3 Estágio obrigatório e curricularização da extensão

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Biblioteconomia mencionam a importância da realização de estágios na formação dos alunos do curso de graduação. De acordo com o documento, os estágios são “mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área” e devem ser desenvolvidos “no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas, sob a

responsabilidade imediata de cada docente. Constituem instrumentos privilegiados para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente” (Brasil, 2001, p. 33).

No curso de Biblioteconomia da ECA-USP, o estágio obrigatório consta como disciplina obrigatória na formação dos estudantes. Essa modalidade é regulamentada pela Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; pela Resolução nº 2, de 18/06/2007 que versa sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; pelas resoluções da Universidade de São Paulo (Resoluções nº 7465/2019 e nº 5.528/2009); pelas Resoluções nº 192/2017 e nº 203/2018, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB).

De acordo com a ementa da disciplina que está disponível no site (Universidade de São Paulo, 2024), o aluno deve completar 240 horas de estágio obrigatório. Ainda de acordo com a ementa, o programa é voltado a “ampliar a informação e o conhecimento em relação ao exercício da profissão bibliotecária; apresentar experiências profissionais com estímulo à inserção no mundo do trabalho bibliotecário e identificar e refletir sobre a integração da teoria com a prática profissional”. Por meio dessa disciplina busca-se inserir o aluno no campo prático profissional.

São pré-requisitos diversas disciplinas dos semestres anteriores, como Catalogação, Linguagens Documentárias, Teoria da Ação Cultural, a disciplina de Fundamentos em Biblioteconomia Documentação e Ciência da Informação, entre outras. O rol das disciplinas pré-requisitos para a realização do estágio obrigatório mostra a preocupação com o fato de o aluno ter tanto uma base técnica, voltada para o fazer bibliotecário, quanto para uma formação crítica humanística, conforme foi apontado nas Diretrizes Curriculares. Não basta ao aluno ter adquirido os conhecimentos nucleares de sua identidade profissional, a experiência prática exige uma visão ampla e crítica dos fatos e da realidade que o estagiário enfrentará no exercício da profissão.

O PPP de 2025 do curso de Biblioteconomia da ECA-USP intitula a disciplina como Estágio Supervisionado em Unidades de Informação (públicas ou privadas). É possível ao aluno realizar o estágio em diferentes instituições, como

bibliotecas públicas; bibliotecas escolares; bibliotecas universitárias; bibliotecas especializadas; centros de documentação, centros de memória, arquivos, museus, empresas, ambientes digitais, e outras unidades ou organizações de informação diversas; ou, ainda, em projetos desenvolvidos na universidade, desde que com supervisão de docente bibliotecário ou com supervisão de profissional bibliotecário participante do projeto; onde o discente exerça, desenvolva ou pratique atividades e tarefas inerentes à sua formação acadêmica, explicitadas por plano de estágio e/ou termo de compromisso de estágio conforme documentação exigida pela CoC/CBD,

De acordo com o CFB, o estágio deve ser supervisionado por um profissional bibliotecário, registrado no Conselho, e deve ser orientado por um docente do curso. Essa obrigatoriedade pode ser limitante para os alunos que estagiam em lugares sem um bibliotecário registrado no Conselho. Nesse caso, o aluno deve procurar estágio em alguma instituição que se enquadre nessa exigência.

A outra modalidade de estágio é o não-obrigatório, que segue “as mesmas regras para elaboração de planos, de relatórios e de avaliação que o estágio curricular obrigatório” (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado) e ainda pode ser utilizado para o aproveitamento de créditos em atividades complementares. Esses estágios podem ser realizados a partir do segundo semestre da graduação, de acordo com as especificações de carga horária diária e semanal conforme a Lei do Estágio.

As disposições gerais acerca do estágio obrigatório demonstram seu caráter experimental com relação a atividade profissional da área de formação do aluno. As exigências das disciplinas previamente cursadas intentam instrumentalizar os estudantes com conhecimentos técnicos e de realidade sociocultural, tanto no campo da Biblioteconomia como da sociedade como um todo.

Outra forma de complementar a formação acadêmica é pela curricularização da extensão. A extensão é uma das formas de a universidade estreitar os laços com a comunidade, ao realizar atividades (como cursos, eventos e na forma de prestação de serviços) que aproximam o conhecimento produzido na instituição à sociedade. O PPP atende a essa modalidade por meio das Atividades Curriculares de Extensão Universitária (AEX) (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado). Segundo o Guia de Curricularização da Extensão publicado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, “a Curricularização é o meio pelo qual se busca aprimorar a qualidade da formação dos estudantes, levando-os a interagir diretamente com a sociedade” (PRCEU, 2023, p. 4).

A Curricularização também está prevista na deliberação do Conselho Estadual da Educação 216/2023, que estabelece no artigo 1: “As atividades de extensão para os estudantes de graduação admitidos a partir de 2023 nas IES do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo deverão compor no mínimo 10% da carga horária dos cursos [...]” (Conselho Estadual de Educação, 2023, p. 1). No mesmo artigo as atividades de extensão são definidas como “ações que envolvem diretamente as comunidades externas à Instituição de Ensino Superior”.

Segundo o Guia publicado pela PRCEU, essas atividades pretendem unir os conhecimentos teóricos com os conhecimentos práticos, “proporcionando aos estudantes oportunidade de desenvolver habilidades e vivenciar uma educação mais rica e relevante” (PRCEU, 2023, p. 4). Isso ocorre por meio da interação dos estudantes com a comunidade externa à universidade, “por meio de práticas vivenciadas fora dos muros da universidade e que passam a ser integradas ao currículo acadêmico” (PRCEU, 2023, p. 4).

A resolução que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira define a extensão como uma

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Brasil, 2018, p. 1-2)

Essa definição reforça o que foi apontado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP. A resolução de 2018 traz alguns itens estruturantes da atividades de extensão:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Brasil, 2018, p. 2).

O artigo 6 da mesma resolução aponta para outras questões estruturantes da concepção e da prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; [...]
- V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; [...]
- VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (Brasil, 2018, p. 2).

A resolução dá destaque e importância para as questões sociais e culturais da sociedade como um todo e aponta a relevância da atuação dos estudantes de Instituições de Ensino Superior. A extensão é vista então como uma ponte entre a Instituição e as comunidades externas, com ênfase para problemas reais existentes na sociedade, em áreas como cultura, direitos humanos e justiça, educação, entre outras. Essa concepção demonstra as diversas possibilidades de atuação que os estudantes podem praticar seus conhecimentos teóricos.

As atividades de extensão podem ocorrer nas seguintes modalidades:

- I - programas;
- II - projetos;
- III - cursos e oficinas;
- IV - eventos;
- V - prestação de serviços (Brasil, 2018, p. 2).

Essas atividades são caracterizadas por envolverem diretamente as comunidades externas à Instituição de Ensino e por serem vinculadas à formação do estudante. Assim, além das diversas áreas possíveis para atuação, as atividades podem ocorrer de diferentes maneiras, tanto com atividades ligadas às disciplinas ministradas ou por outros tipos de atividades. Além disso, a resolução prevê também associação entre instituições de ensino superior para a realização das atividades de extensão.

O PPP do curso de Biblioteconomia da ECA-USP aponta para a adequação da carga horária de disciplinas do curso com teor de extensão. Também prevê a incorporação das seguintes premissas extensionistas:

- (1) serem realizadas por estudantes; (2) serem coordenadas, supervisionada e avaliadas por docentes; (3) interajam com grupo social específico, respondendo a demandas culturais, técnicas e informacionais trazidas por eles e sendo por eles avaliadas em um espaço ampliado da performance biblioteconômica e/ou documental (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado).

O Plano define a curricularização como

o meio pelo qual se busca aprimorar a qualidade da formação dos estudantes, ao propiciar interação direta com a sociedade. Esse meio, permite que o espaço universitário conecte a teoria e a prática ao ambiente social, proporcionando aos estudantes oportunidade de desenvolver habilidades e vivenciar uma educação mais rica e relevante. Ao incorporar atividades como projetos de extensão, atividades sociais, cursos e oficinas voltados ao atendimento de demandas sociais e outras tantas possibilidades, a Curricularização contribui para uma formação mais completa, alinhada às necessidades da sociedade contemporânea e às demandas do mercado de trabalho (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado).

O Plano orienta para uma caracterização transversal das atividades extensionistas, que tem como objetivo a formação humanista e diversificada dos alunos. Assim, é proposto como forma de curricularização, a formação do LabCIC, Laboratório Cidadão em Informação e Cultura, de natureza interdisciplinar e que abriga atividades extensionistas propostas por docentes e discentes. Esse Laboratório “deve servir como um ambiente experimental onde a pluralidade de experiências e saberes é submetida ao escrutínio público, aberto e horizontal. Também, ser um lugar de produção de novas formas de visualizar, mapear e representar problemas” (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado). Entende-se que o Laboratório proporciona a construção do conhecimento

a partir da experiência e da interação horizontal entre cidadãos e profissionais em formação, a fim de tirar proveito da diversidade de saberes, um processo fundamental para abordar uma ampla gama de questões e descobrir formas de fazer as coisas em conjunto, a partir de perspectiva experimental e co-criadora (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado).

A curricularização da extensão apresenta-se como uma troca entre a sociedade externa às Instituições de Ensino Superior e a interna, tanto os discentes quanto os docentes. Além de ter uma atuação significativa com essas comunidades externas, as atividades são também uma forma de o aluno exercitar e entender na prática aquilo que é ensinado em sala de aula. É uma maneira de compreender a realidade, de aprender a lidar com problemas práticos, de conviver com pessoas de diferentes culturas e proporcionar oportunidades de aprendizagem que fogem da rigidez das disciplinas cursadas.

5 SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

Para compreender quais tipos de serviços um profissional da Biblioteconomia pode exercer, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) descreve o escopo da área de atuação. O entendimento das possibilidades de atividades a serem exercidas relaciona-se ao oferecimento de serviços da empresa júnior, já que esta é uma forma de preparação do futuro profissional para o mercado de trabalho. De acordo com a CBO, os bibliotecários são classificados como profissionais da informação e possuem como atributos profissionais o seguinte escopo:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria (Brasil, 2024).

Além disso, a atividade desses profissionais é regida pela Lei 4.084/1962, que determina que a fiscalização do exercício profissional é exercida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (Brasil, 1962). A Lei que regulamenta a profissão trata também do escopo do profissional, e traz as seguintes atividades:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação;
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência (Brasil, 1962).

O rol das atividades apontadas tanto pela CBO quanto pela legislação relativa à profissão, indica a versatilidade nos serviços que podem ser oferecidos pelos bibliotecários, que podem atuar tanto como gestores quanto como técnicos ou até como pesquisadores e professores. Nas atividades relacionadas pela CBO, fica evidente a possibilidade de se trabalhar com diferentes recursos, com variação tanto no suporte como no conteúdo, já que a descrição trata da informação sem determinar o suporte e também indica a diversidade de instituições em que esse profissional pode atuar.

De acordo com Apóstolo et al. (2020, p 45), o mercado de trabalho para o profissional bibliotecário pode ser dividido em três frentes de atuação: o mercado informacional, para os bibliotecários que atuam em “bibliotecas públicas, universitárias, escolares, desenvolvendo atividades de organização, busca e recuperação de informação para o seu usuário”; o mercado informacional de tendências, que são os profissionais que atuam em “centros de informação ou documentação de empresas, bancos, bases de dados, sites de conteúdos virtuais” e o mercado existente e não ocupado, em que pode-se atuar em “editoras, empresas privadas, provedores de internet, livrarias, startups”.

Assim, as possibilidades de atuação não se restringem apenas a bibliotecas, abrangem também centros de documentação, centros de informação e afins e além disso, redes e sistemas de informação, que demonstram a necessária atualização do profissional bibliotecário. A tecnologia tem influenciado na atuação desses profissionais, como por exemplo na área da catalogação, matéria fundamental da formação e da prática profissional, e que é atividade básica não só em bibliotecas, mas em qualquer unidade de informação. A catalogação é atividade essencial para a organização e recuperação da informação em qualquer instituição que guarde documentos de qualquer espécie, e atualmente é desenvolvida com o auxílio da informática.

Além de acompanhar e se adequar às mudanças tecnológicas relativas ao tratamento, organização e recuperação da informação, os bibliotecários podem exercer papel de articulação entre as bibliotecas e as comunidades em que estão inseridas. Isto porque

as crises políticas e econômicas dos últimos anos tornaram as bibliotecas elementos importantes nas intervenções de promoção da leitura, de requalificação profissional, integração e coesão sociais, chegando hoje a se falar em “bibliotecas sociais”, para se referir àquelas que têm uma atuação mais intensa em serviços que buscam compensar os desequilíbrios sociais derivados das crises globais. (Apóstolo et al., 2020, p. 45)

Essa atuação, com caráter mais social, demanda do profissional um conhecimento da comunidade em que atua, uma postura crítica frente à realidade e também “um alto grau de cultura e criatividade na formulação de intervenções capazes de motivar o interesse pelas obras, de acordo com as características dos distintos tipos de destinatários” (Apóstolo et al., 2020, p. 47), para a mediação de leituras, atividade que tem potencial para a formação de leitores nas bibliotecas públicas, por exemplo. Por outro lado, ao atuarem em centros de informação aliados ao uso da tecnologia, os bibliotecários não lidam apenas com a organização e a recuperação dos dados, mas podem também criar “dados e produtos informacionais específicos, na medida das necessidades de seus usuários. Por exemplo,

elaboram relatórios para a tomada de decisão da própria empresa, dossiês e bases de dados que facilitam a recuperação da informação” (Apóstolo et al., 2020, p. 45).

A atuação no mercado de trabalho exige dos profissionais algumas aptidões, conhecidas como habilidades e competências. De maneira geral, essas aptidões profissionais estão relacionadas ao desenvolvimento do sujeito na profissão que ele exerce. Podem-se compreender as competências como características do sujeito, que são desenvolvidas com a prática ao longo do tempo ou também por meio de cursos e treinamentos voltados para o desenvolvimento de determinadas competências. Já as habilidades são qualidades inerentes ao sujeito, e que podem dar suporte a aquisição de competências.

Uma definição de habilidade é a “capacidade que se tem de fazer uma coisa muito bem, qualidade de quem é hábil.” (Habilidade, 1992), enquanto competência, de acordo com a mesma fonte, é definida como “conhecimento e/ou capacidade que uma pessoa tem e que a torna capaz de resolver determinados assuntos, ou executar certas tarefas” (Competência, 1992). Half (2023) lista algumas habilidades comportamentais que são importantes para o desenvolvimento profissional, e que são características pessoais do indivíduo. Dentre elas, pode-se citar: o pensamento crítico, característica importante para a realização de análises e avaliações diretas para a tomada de decisões; criatividade, habilidade “relacionada à capacidade de resolver um problema utilizando os recursos disponíveis de maneira eficiente e eficaz” (Half, 2023); o aprendizado contínuo, presente em sujeitos pró ativos, curiosos e que tem vontade de aprender; a comunicação, tanto na forma escrita quanto na falada, já que “o ato de saber ouvir e se comunicar de forma clara e objetiva, assim como escrever bem, permite a você organizar melhor os pensamentos, além de compartilhar e absorver melhor as informações” (Half, 2023) e o perfil analítico e visão estratégica, em que o sujeito é estimulado a buscar por informações, o que auxilia no momento de tomadas de decisões, “além disso, esse profissional geralmente tem habilidades de organização, atenção aos detalhes, método, assertividade, comprometimento, lógica e foco” (Half, 2023). As habilidades listadas abordam o profissional de forma genérica, não especificamente o bibliotecário, que atua em unidades de informação, mas são características que podem ser relevantes também para esses profissionais.

Sobre as competências, Chiavenato (2009, p. 410) pontua que as competências básicas “[...] são aquelas características pessoais essenciais para o desempenho da atividade e que diferenciam o desempenho das pessoas. Todo funcionário precisa possuir um conjunto de competências básicas para desenvolver suas atividades na empresa”. O autor lista as competências essenciais: aprender a aprender; comunicação e colaboração; raciocínio criativo

e resolução de problemas; conhecimento tecnológico; conhecimento de negócios globais; desenvolvimento da liderança e autogerenciamento da carreira. Esse conjunto de competências demonstra a necessidade tanto do desenvolvimento pessoal quanto de se atualizar junto às novas tendências.

Em relação à Biblioteconomia, Valentim (2019) baseia-se na publicação de alguns relatórios da IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) para traçar quais são algumas das competências e habilidades requeridas aos profissionais da área diante das diferentes possibilidades de atuação. A autora evoca as cinco tendências relacionadas aos ambientes de informação e conhecimento apontadas em relatório de 2013 publicado pela IFLA. A primeira tendência pontua que “as novas tecnologias irão simultaneamente expandir e limitar quem acessa informação” (Valentim, 2019, p. 48) e nesse caso, os novos formatos e mídias digitais

exigem que os bibliotecários possuam competências e habilidades que propiciem seu manuseio com segurança e efetividade. Do mesmo modo, o bibliotecário deve chamar para si a responsabilidade, no que tange a desenvolver a Competência em Informação (CoInfo) no público ao qual atende (Valentim, 2019, p. 48).

Também são de responsabilidade do bibliotecário a curadoria e a preservação digital, diante da grande produção e disponibilização de conteúdos nas redes. Para a autora, essas questões devem ser abordadas durante a formação desses profissionais, para que estejam aptos a lidar com novas formas de apropriação de informação e conhecimento. A segunda tendência também aborda novas formas de aprendizagem, e sinaliza que “a educação online democratizará e modificará a aprendizagem global”. Essa tendência diz respeito aos bibliotecários que atuam em contextos educacionais. Há metodologias ativas de aprendizado praticadas atualmente, em que o aluno deve buscar por informações para a realização de projetos escolares. Isso demanda do bibliotecário uma preparação para apoiar tanto os alunos, de forma a propiciar diferentes contextos de acesso e interação com as informações, quanto os professores, na elaboração de materiais didáticos e no oferecimento de repositórios de acesso aberto.

A terceira tendência relatada pela IFLA aborda a necessidade de limites entre a privacidade e a proteção de dados. Para Valentim,

o bibliotecário precisa ser proativo e debater sobre as questões que regulam a internet global, participando ativamente da formulação de políticas de informação e de normas nacionais que estabeleçam, de modo consistente, a proteção de dados científicos relevantes para o País, mas que, por outro lado, propicie o acesso à memória do conhecimento à sociedade. Para

tanto, o bibliotecário deve conhecer a legislação e a normatização internacional e a nacional. (Valentim, 2019, p. 56)

Essa tendência exige do bibliotecário a constante atualização nas questões referentes à legislação internacional e local, mesmo porque, em bibliotecas universitárias, por exemplo, há discussões a respeito do acesso a publicações científicas, como no caso do *copyright x copyleft*. São, portanto, assuntos atuais, que devem ser inseridos nas disciplinas dos cursos de Biblioteconomia, de maneira a proporcionar um embasamento para esses profissionais. A quarta tendência pauta que “as sociedades hiperconectadas escutarão e empoderarão novas vozes e grupos” (2019, p. 57). Essa tendência coloca o bibliotecário como um gerador de conteúdo, de produtos e serviços informacionais, como uma maneira de formular políticas públicas de acesso à informação. Para Valentim (2019, p. 57) esse profissional pode assumir o papel de protagonista na comunidade onde atua, e dar visibilidade às práticas culturais e sociais de sujeitos que não têm essa possibilidade.

A quinta tendência indica que “a economia da informação global se transformará por meio das novas tecnologias” (Valentim, 2019, p. 58). Essa tendência relaciona-se aos “avanços das telecomunicações, os dispositivos móveis portáteis, as interfaces por voz, tato e imagem, os sistemas integrados já são e, cada vez mais, serão uma realidade” (Valentim, 2019, p. 58). A rapidez das mudanças exige dos bibliotecários a constante atualização no oferecimento de seus conteúdos e serviços.

Para o exercício do profissional na área da Ciência da Informação, a CBO (Brasil, 2024) traz uma série de competências pessoais consideradas pertinentes à sua atuação. São elas:

- Manter-se atualizado;
- Liderar equipes;
- Trabalhar em equipe e rede;
- Demonstrar capacidade de análise e síntese;
- Demonstrar conhecimento de outros idiomas;
- Demonstrar capacidade de comunicação;
- Demonstrar capacidade de negociação;
- Agir com ética;
- Demonstrar senso de organização;
- Demonstrar capacidade empreendedora;
- Demonstrar raciocínio lógico;

- Demonstrar capacidade de concentração;
- Demonstrar pró-atividade;
- Demonstrar criatividade.

Quanto à formação do bibliotecário, as Diretrizes Nacionais Curriculares (Brasil, 2001) também trazem uma relação das competências e habilidades que devem ser desenvolvidas, separando-as em gerais e específicas. As gerais são:

- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Quanto às específicas, tem-se:

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

O PPP (Comissão Coordenadora de Curso, 2024, não paginado) do curso de Biblioteconomia da ECA-USP também apresenta uma lista das habilidades cognitivas que são desejáveis de se atingir na formação dos alunos:

- Domínio conceitual e metodológico de análise, síntese e representação de conteúdos informacionais a partir do estabelecimento de relações entre os conceitos de um domínio e/ou domínios de conhecimento.
- Domínio conceitual e metodológico de organização e estruturação de objetos e conceitos de um domínio e/ou domínios.
- Domínio conceitual e metodológico para criação, desenvolvimento e avaliação de processos e produtos de mediação de informação.
- Capacidade argumentativa e de raciocínio lógico.
- Comunicação interpessoal e Liderança.
- Raciocínio criativo. Criatividade.
- Empreendedorismo e visão estratégica de negócio.
- Ética.

As competências listadas pela CBO são tratadas de maneira mais genérica, enquanto as Diretrizes Nacionais Curriculares abordam maiores especificidades da área, inclusive porque referem-se precisamente a características relacionadas à formação. O PPP do curso de Biblioteconomia é ainda mais particular, e estreita a abordagem, ao descrever as habilidades cognitivas esperadas na formação do aluno de Biblioteconomia.

Além de poder trabalhar como funcionário contratado em instituições (públicas ou privadas, no terceiro setor etc) o bibliotecário também pode empreender na área, tendo a sua própria empresa ou negócio. Essa atividade relaciona-se aos processos de inovação que são gestados e colocados à disposição da sociedade em forma de produtos e serviços. De acordo com a página do SEBRAE, empreender “é também saber identificar oportunidades e transformá-las em negócios. Isso pode se dar, por exemplo, a partir de uma solução criada para sanar alguma necessidade dos consumidores, que pode ser um produto ou serviço, com base em um conhecimento ou habilidade específica” (SEBRAE SC, 2023).

Uma das definições citada por André Neto et al. (2019), apoiada nas ideias de Hisrich, Peters e Shepherd, “relaciona o empreendedor com algumas atitudes, tais como inovação, busca por oportunidades, crescimento de negócio e propensão ao risco”. Dolabela (2006) apropria-se da visão de Fillion, para quem “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (Dolabela, 2006). Para Dolabela o empreendedor é então “alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (Dolabela, 2006), relacionando a atividade do empreendedor mais aos desejos e à vida do indivíduo e não tanto com o conceito mercantilista do termo, de que o empreendedor seja um motor da economia.

Os avanços tecnológicos possibilitam ao profissional bibliotecário empreender na área

da gestão da informação, com o oferecimento de serviços para as demandas do mercado. Como exemplo de empresas que atuam nesse campo, pode-se citar a Redata, fundada em 1987 e que inicialmente elaborava “textos técnicos, promocionais, manuais de produtos e serviços, treinamentos e normalizar trabalhos acadêmicos, além de realizar cursos abertos e *in company* sobre práticas de redação, gramática e comunicação” (Redata, 2024). Atualmente a empresa atua com gestão documental, “desenvolvendo soluções para organização de documentos físicos e eletrônicos em Arquivos Corporativos, Centros de Documentação e Memória, Acervos Privados e Pessoais, Bibliotecas e Acervos Especiais” (Redata, 2024).

Ainda de acordo com a atuação, a empresa tem como missão “criar e viabilizar soluções inteligentes para a gestão da informação, proporcionando segurança e confiabilidade, rastreabilidade e agilidade aos processos de apoio as decisões, otimizando os espaços e assegurando a recuperação e preservação dos acervos documentais físicos e digitais” (Redata, 2024). A fundadora desse empreendimento possui graduação em Publicidade e Biblioteconomia, mas a equipe é composta por pessoas com diferentes formações, como Rádio e TV, Jornalismo e História. Pela descrição disponível no site é possível perceber que os serviços oferecidos se atualizaram conforme novas demandas e tecnologias surgiam. Essa constante atualização é relevante para o posicionamento do empreendimento no mercado. De acordo com o que é apresentado no site, atualmente são oferecidos os seguintes serviços: arquitetura da informação; gestão documental; gestão de metadados; governança de projetos/documentos; memória corporativa; organização de arquivos; pesquisa especializada; processamento técnico; produção audiovisual; *technical writing*.

O segundo exemplo de empreendimento na área é a Pacta Clara, que inicialmente era uma empresa de consultoria na área de Arquivos, e a partir de 2014 começou a prestar serviços na área de Gestão Documental. A empresa tem como missão “oferecer soluções em gestão da informação, orientadas por pressupostos técnicos e inovadores, para assegurar a preservação, a memória e a recuperação de acervos” (Pacta Clara, 2014). De acordo com o site, no geral os serviços prestados são: organização de arquivos; tratamento do acervo e a implantação e gerenciamento dos sistemas de bibliotecas; organização de centros de memória; digitalização de documentos; personalização de banco de dados. Como a empresa citada anteriormente, essa também acompanhou os avanços tecnológicos para poder oferecer serviços condizentes com as demandas atuais.

Além de empreender em seu próprio negócio, há também a possibilidade do intraempreendedorismo, que compreende a “capacidade dos indivíduos inovarem continuamente no uso de suas competências dentro da organização em que se trabalha, sendo

um empreendedor interno” (Frevier e Spudeit, 2016, p. 42). Deste modo, o sujeito não inicia uma nova empresa, com todas as burocracias envolvidas, mas sim propõe e encabeça um novo projeto na instituição em que já atua.

Nas bibliotecas, por exemplo, há espaço para esse profissional inovar e propor ações vinculadas às mudanças sociais e tecnológicas. É importante que o gestor das unidades de informação estejam atentos e acompanhem as mudanças e as demandas da sociedade. A biblioteca pode oferecer espaços de trabalho para que os indivíduos possam planejar seus próprios negócios, com acesso à internet, salas com possibilidade de encontros e reuniões, o que seria uma forma de fomentar a economia local. Os bibliotecários também podem dar subsídio às pesquisas de nichos, aplicando seus conhecimentos técnicos para ajudar grupos de trabalho específicos.

Quanto às características presentes em um indivíduo que deseja empreender, André Neto et. al. mencionam levantamento feito por Dornelas, e reúnem as características em função de suas similaridades, já que a lista elaborada por Dornelas traz um rol de diferentes aspectos presentes e mencionados em seu estudo. Os autores delimitaram então três grupos que compreendem de forma geral as características mais específicas: abertura a risco, atitude de liderança e busca pela inovação. Esses grupos ressaltam o caráter relacionado ao desejo de inovação que marca a atitude empreendedora.

As empresas juniores podem ser uma forma de incentivar os alunos a se lançarem no empreendedorismo quando forem atuar no mercado de trabalho. Atuar na EJ do curso pode proporcionar uma experiência semelhante a atuação em uma empresa consolidada. O curso de Biblioteconomia da ECA-USP não possui uma disciplina específica de empreendedorismo, nem na grade de obrigatórias nem de optativas, mas o aluno poderia buscar disciplinas optativas fora do curso. As disciplinas oferecidas subsidiam a formação crítica e preparam os estudantes para lidar com as demandas socioculturais existentes na área de formação, além de abordarem questões técnicas relativas à atuação bibliotecária.

Das disciplinas obrigatórias que podem auxiliar o aluno em um futuro empreendedor, é possível mencionar: Introdução à Administração de Serviços de Informação, que traz conceitos básicos de administração e aplicabilidade desses em serviços de informação e CBD0265 - Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviços de Informação I e II, que pretendem oferecer bases teóricas e práticas para planejar e gerir unidades de informação, com a elaboração de diagnóstico para as unidades de informação.

O aluno que se forma no curso de Biblioteconomia tem uma diversidade de caminhos a seguir, não estando restrito a atuar apenas em bibliotecas. Além das diferentes instituições, o

profissional pode trabalhar em diferentes cargos, sendo gestores, técnicos, pesquisadores, professores etc. Também foi observada a possibilidade de se empreender na área, criando seu próprio negócio, como consultorias em gestão da informação, desenvolvimento de produtos digitais ou serviços de organização de acervos pessoais. Independente da escolha de atuação, a prévia experiência em uma associação como a empresa júnior, dá ao estudante uma formação profissional, preparando-o para uma série de situações que ele pode encarar ao entrar no mercado de trabalho.

6 PROPOSTA DE EMPRESA JÚNIOR PARA O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA ECA-USP

A partir do que foi discutido nos tópicos anteriores, este capítulo propõe algumas diretrizes para a composição de uma EJ para o curso de Biblioteconomia da ECA-USP. O primeiro passo é reunir pessoas que estejam interessadas em realizar esse projeto e a escolha de um professor orientador. É interessante que haja diferentes perfis de atuação dos estudantes, já que entre eles serão distribuídas tarefas de gestão. Cunha e Calazans (2011, p. 38) sugerem que a equipe inicial conte com seis membros, responsáveis pelas seguintes áreas: Presidência, Administrativo - Financeiro, Marketing, Recursos Humanos, Projetos e Qualidade. Também é necessário encontrar um espaço físico que sedie a EJ. De acordo com a lei nº 13.267, a instituição de ensino pode oferecer um espaço sem cobrar pelo seu uso, assim, os alunos podem procurar o coordenador do curso com o objetivo de encontrar algum espaço disponível para a realização das atividades da EJ. Quanto ao mobiliário, equipamentos e suprimentos necessários, a instituição não é obrigada a fornecer esses materiais, cabendo aos alunos encontrar a melhor forma de alcançar recursos para preparar o espaço.

Após a reunião dos interessados, os estudantes discutem a respeito do organograma, quais são os objetivos e refletem sobre os processos internos da EJ. Nessa fase, os membros podem entrar em contato com outras EJs da área, estudar como se estruturam, de que forma atuam, como são desenvolvidos os projetos e até pedir apoio a EJs da mesma instituição com relação a questões burocráticas. Para a formação da EJ, Cunha e Calazans (2011) mencionam como ações iniciais a criação de um nome, a Ata de Fundação e um Estatuto Social. De acordo com os autores, a EJ deve ser fundada com a realização de uma Assembléia Geral, órgão essencial para qualquer deliberação relacionada a alterações do cotidiano ou de estrutura de trabalho, por exemplo. A Assembléia de fundação discute os perfis desejados para cada cargo de diretoria e nomeia os ocupantes de cada função.

Quanto ao Estatuto Social, segundo as instruções sugeridas pela FEJESP (Freitas, 2022), o grupo elabora um documento que contenha a descrição do projeto, um plano de negócios da EJ, e também estipule um aporte inicial para o começo das atividades. Esse documento dá as diretrizes para o funcionamento da EJ. Para a elaboração do Estatuto, Matos (1997, p. 124), sugere que este seja registrado em cartório e contenha as seguintes informações:

- denominação, fins e sede de associação;

- modo de ser administrada e representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- se os estatutos são reformáveis e quando;
- se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela associação;
- as condições de extinção da associação e o destino de seu patrimônio em caso de extinção.

Após registrar o Estatuto e a Ata de Fundação da EJ, entra-se com o pedido de CNPJ, necessário para a consolidação da empresa. Para o funcionamento também é necessário a aprovação da conformidade de segurança e proteção contra incêndios, emitida pelo Corpo de Bombeiros. Matos (1997, p. 125) lembra da necessidade do registro no INSS, por ser o órgão que rege as relações trabalhistas, mesmo a EJ sendo uma associação sem fins lucrativos. Cunha e Calazans (2011) mencionam um tópico que não é obrigatório para as EJs, mas se adquirido pode oferecer vantagens, como isenção tributária. Trata-se do reconhecimento de utilidade pública, que deve ser pesquisado nos órgãos Municipal, Estadual e Federal pertinentes para maiores esclarecimentos. Segundo os autores, o Alvará de Licença e a Inscrição Municipal, ambos obtidos em órgãos da Prefeitura, permitem o pleno direito de funcionamento à EJ.

Também recomenda-se a aquisição e autenticação de documentos fiscais, ou seja, as escriturações da empresa registradas em livros fiscais e as notas fiscais emitidas. Para isso são necessários os seguintes documentos: livros fiscais; formulário de autenticação de livros fiscais; cópia do Estatuto Social; cópia do cartão do CNPJ/MF (provisório) e cópia do cartão de Inscrição Municipal.

Além das questões burocráticas, os alunos participantes podem pensar em quais serviços serão oferecidos pela EJ, como forma de se prepararem para as demandas que surgirem. Conforme levantado no tópico 3.2, uma EJ de Biblioteconomia pode oferecer serviços como consultorias e organização de bibliotecas e arquivos de documentação, conservação de documentos e livros, mediação em grupos de leitura e oficinas, normalização de trabalhos acadêmicos entre outros. Esses serviços também são oferecidos por empreendedores da área, demonstrando que os alunos que passarem pela EJ podem atuar de maneira autônoma quando formados.

A CBO lista entre os atributos do profissional da informação o gerenciamento de bibliotecas, de centros de documentação e de informação entre outros, também dispõe a realização de difusão cultural e a prestação de serviços de assessoria e consultoria. Dentro das possíveis atividades listadas pela Lei 4.084/1962, podem-se destacar a administração e

direção de bibliotecas e a organização e direção dos serviços de documentação. Muitas vezes essas experiências não são alcançadas em estágios, e poder participar desses processos fazendo parte da EJ proporciona maior vivência e enfrentamento da realidade. O aluno pode não estar apto a gerenciar uma unidade de informação, mas ter que lidar com a organização e o gerenciamento da própria EJ prepara o estudante para enfrentar situações reais do mundo profissional. Além disso, Apóstolo et al. (2020) também apontam para a possibilidade de atuação em um mercado existente e não ocupado, como editoras, empresas privadas, startups etc. e a EJ pode estar aberta a receber propostas de serviços de diferentes organizações, o que propiciaria uma experiência diversa a seus participantes. Assim, a EJ pode ser uma abertura para um mercado diferente do tradicional (as unidades de informação no geral), ao mesmo tempo em que prepara o aluno para atuar na gestão e organização de instituições.

O surgimento do curso de Biblioteconomia no Brasil está associado às demandas de consolidação e crescimento da Biblioteca Nacional, que precisava de profissionais para lidar com a realidade da época. Assim, o curso foi oferecido aos próprios funcionários da Biblioteca. A posterior expansão da formação também esteve associada às demandas das bibliotecas do período, como o projeto do Departamento Municipal de Cultura em São Paulo, que previa ampliar as bibliotecas e o acesso a esses equipamentos. Atualmente, a formação do bibliotecário não é guiada só pelas necessidades das bibliotecas, mas é prevista uma formação ampla, com conhecimentos diversos, além daqueles instrumentais inerentes à atuação em bibliotecas. O egresso do curso de Biblioteconomia pode explorar um campo diverso de atuação, e a EJ pode ser um ponto de contato entre o estudante em formação e o amplo campo de trabalho que o profissional pode alcançar.

Diante das possibilidades de prestação de serviços, é possível relacionar a prática existente na empresa júnior com algumas disciplinas oferecidas pelo curso. Assim, disciplinas como Catalogação, Análise Documentária, Indexação e Sistemas de Organização do Conhecimento, disponibilizam as ferramentas necessárias para a realização de demandas que surgirem, como a organização de uma biblioteca, por exemplo. Disciplinas como Teoria da Ação Cultural, Informação, Conhecimento e Cultura e Fundamentos em Biblioteconomia subsidiam ações de mediação ou implantação de novos projetos em espaços que requeiram esse serviço.

Com o conhecimento teórico adquirido, o aluno pode participar e propor projetos na área de Biblioteconomia. Pode-se citar como exemplo a situação de uma empresa que possui um acervo bibliográfico técnico mas que poderia construir um acervo paralelo de literatura ou de algum outro tema que possa interessar a seus funcionários. Caberia aos integrantes da EJ a

curadoria de títulos, a organização física desse acervo e também a catalogação para melhor controle e recuperação na biblioteca. Nesse caso seriam utilizados conhecimentos de diversas disciplinas do curso e seria uma experiência bastante enriquecedora para a formação dos estudantes, com a supervisão do professor responsável.

Além da prática adquirida, a EJ também possibilita o aprimoramento de competências a seus participantes. Entre as habilidades essenciais mencionadas por Half (2023) que podem ser fortalecidas pela atuação na EJ estão a criatividade (principalmente na solução de problemas), o aprendizado contínuo, a comunicação, a visão estratégica, a organização e o comprometimento. Das competências trazidas por Chiavenato (2009) têm destaque: aprender a aprender, comunicação e colaboração e conhecimento de negócios globais. Das habilidades citadas no Projeto Político Pedagógico, e que devem ser desenvolvidas pelo aluno ao longo da formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a EJ pode reforçar algumas, como a comunicação interpessoal e liderança, o raciocínio criativo, o empreendedorismo e a visão estratégica de negócios e a ética.

De maneira geral, a atuação do estudante na EJ pode reforçar competências como: a constante atualização (frente às demandas atuais); a liderança de equipes, já que são os alunos que comandam a empresa; o trabalho em equipe; a capacidade de análise e síntese; a capacidade de comunicação etc. O desenvolvimento de competências é importante tanto para o aluno formado que enfrentará o mercado de trabalho quanto para o aluno que decidir empreender por conta própria. Dessa forma, ele estará mais preparado para enfrentar os desafios do mundo profissional, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade e para a geração de novas oportunidades.

O curso de Biblioteconomia da ECA-USP não possui disciplinas obrigatórias voltadas especificamente para uma formação empreendedora, mas algumas disciplinas podem apoiar o aluno que pretenda atuar no mercado de maneira autônoma e também contribuir para a formação de profissionais que exerçam o papel de gestores em instituições. A disciplina Introdução à Administração de Serviços de Informação pretende aproximar o aluno aos conceitos básicos de administração e aplicá-los aos serviços de informação, também objetiva abordar aspectos de gerência; marketing; finanças e contabilidade referentes aos serviços de informação, assim como “gestão de recursos humanos, gestão de conflitos, motivação e liderança; planejamento estratégico, tático e operacional; gestão de projetos; gestão da inovação; gestão da qualidade e ações de responsabilidade socioambiental.” (Comissão Coordenadora de Curso, 2024).

A disciplina Administração de Recursos e Produtos de Informação aborda a administração dirigida à Biblioteconomia, tendo entre os objetivos a abordagem de

aspectos relacionados à gestão de bibliotecas públicas e privadas; estudo de usuários; serviço de referência; conceitos e técnicas de bibliometria; [...] gestão da informação e o conhecimento em ambiente corporativo; sistemas de gestão de conteúdos online; [...] novas áreas de atuação para a Ciência da Informação. (Comissão Coordenadora de Curso, 2024).

O conteúdo é menos técnico com relação às atividades específicas do trabalho como bibliotecário, e aborda questões de gestão, tanto de conteúdos da área como no âmbito da instituição em que se atua e seu funcionamento.

Em Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviços de Informação I e II abordam-se processos de planejamento e gestão em unidades de informação. O produto final elaborado pelo aluno consiste em um diagnóstico e uma proposta de intervenção para uma unidade de informação. O processo do trabalho envolve uma pesquisa detalhada sobre a unidade escolhida, assim como o contato com os gestores e a compreensão do funcionamento da instituição. A proposta apresentada demanda um planejamento de diferentes aspectos e áreas relacionadas à unidade de informação, e tanto o diagnóstico quanto o projeto aproximam o aluno com questões práticas de gestão, assunto que se relaciona diretamente com o funcionamento da EJ.

Além das disciplinas teóricas, também faz parte da grade de obrigatórias o Estágio Supervisionado em Unidades de Informação, que proporciona uma experiência única para cada aluno. Para melhor aproveitamento do estágio, o aluno entrega um relatório padrão da disciplina ao final do semestre, e ali devem ser respondidas questões a respeito do funcionamento da unidade. Assim, o aluno pode ter melhor compreensão sobre como é gerida a unidade, como é o processo e o fluxo de trabalho, como são acolhidas as demandas internas e externas, entre outros aspectos do funcionamento.

A presença de EJs em IESs é também uma forma de dar visibilidade ao curso. No caso da Biblioteconomia, a divulgação e a promoção do curso e da profissão são importantes no sentido de conscientizar a sociedade das possibilidades de atuação do bibliotecário. Isso porque a atuação desse profissional extrapola os muros das bibliotecas, e como foi discutido em capítulos anteriores, o egresso do curso de Biblioteconomia tem muitas possibilidades para exercer seus conhecimentos, e a existência da EJ no curso pode ser o primeiro passo para o aluno explorar essas possibilidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de uma empresa júnior no curso de graduação possibilita o fortalecimento da relação entre o aprendizado acadêmico e a prática profissional. A EJ não só prepara o aluno para o mercado, mas é também uma forma de atualização do curso em que atua. Com as demandas que chegam aos empresários juniores, surge também a necessidade de entender de que forma o bibliotecário pode atuar, quais serviços pode oferecer e se a formação oferecida pelo curso corresponde às necessidades reais do mercado de trabalho, o que viabiliza uma constante troca entre a faculdade e a comunidade.

Empresas juniores são associações sem fins lucrativos que são, necessariamente, vinculadas a cursos superiores. São constituídas e geridas pelos alunos e atuam por meio da prestação de serviços à sociedade. O objetivo das EJs é capacitar os alunos para a entrada no mercado de trabalho quando formados, e assim promover a formação integral de seus participantes. Os serviços prestados pelos estudantes são supervisionados por um professor responsável, assim, a atuação da EJ envolve três atores: os discentes, os docentes e o mercado. Essa integração fortalece o papel desempenhado pelo curso em que estão inseridos diante das demandas profissionais, o que faz com que o corpo docente também esteja atento às questões contemporâneas presentes na atuação profissional e incorpore discussões relevantes para a formação acadêmica de seus alunos.

A primeira EJ foi fundada na França em 1967, pelos alunos da ESSEC (*L'École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales*, de Paris), justamente com a intenção de colocar em prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula. Para a formação de uma EJ, é necessária a elaboração de um estatuto social, que contenha a descrição do projeto, defina qual a sua finalidade, como vai funcionar, como será constituída, como ocorrerá o ingresso de participantes, qual o aporte inicial entre outras questões.

Ao se observar a atuação dos profissionais de Biblioteconomia, tem-se hoje em dia uma gama de diferentes possibilidades em diversas instituições e tipos de serviços possíveis. O início do primeiro curso da área no Brasil, em 1915, estava vinculado à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e era voltado para os funcionários dessa instituição. O curso tinha influências da *École des Chartes*, na França, com uma caracterização mais humanista da formação, com conteúdos culturais e científicos. Com o tempo e as novas demandas que surgiam, começaram se firmar cursos de Biblioteconomia em outras instituições, e também a caracterização dos cursos se adaptou às contemporaneidades, e alguns passaram a ser mais tecnicistas e menos humanistas.

É necessário que a formação dos alunos esteja próxima ao que se exige no mercado de trabalho, e é nesse ambiente que se fundamenta a formação de cidadãos críticos e reflexivos, que se inicia a construção de competências voltadas para a área de atuação. Para guiar os conteúdos e abordagens necessárias à formação dos estudantes, as Diretrizes Curriculares Nacionais apontam o que se espera do perfil do profissional da área de Biblioteconomia, e também indicam o conteúdo curricular que deve estar presente na grade das disciplinas. Assim, as Diretrizes dividem o conteúdo em dois grupos, um que proporciona uma formação geral e outro com a formação mais específica e profissionalizante.

Quanto ao perfil, o documento sugere criatividade e versatilidade no enfrentamento de problemas, postura crítica e ética diante da realidade, a busca de aprimoramento contínuo, e já prevê que os egressos do curso de Biblioteconomia podem atuar em diversas instituições, como centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação etc. Atualmente, o curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da ECA-USP contempla em sua grade de disciplinas as duas áreas de conteúdo propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. As disciplinas são divididas em quatro grandes áreas, que pretendem preparar o aluno para questões técnicas da profissão e também para uma formação humana e cultural. A partir da análise da grade, foi possível constatar que o curso busca acompanhar as mudanças tecnológicas atuais e também prepara o aluno para construir uma postura crítica e reflexiva frente à realidade.

A atuação do bibliotecário também é pautada pela Classificação Brasileira de Ocupações, que classifica o bibliotecário como profissional da informação, o que indica maior diversidade de atuação. Esse profissional pode trabalhar com diferentes recursos, suportes e conteúdos, e podem ser gestores, técnicos, pesquisadores ou professores. A CBO apresenta algumas competências pertinentes ao bibliotecário, que vão ao encontro das esperadas na Diretrizes Curriculares Nacionais e também às propostas pelo PPP do curso da ECA-USP. Cada documento aponta diferentes competências, que se coincidem ao mesmo tempo em que se complementam.

Além de compor quadros de instituições já estabelecidas, os egressos do curso de Biblioteconomia podem também construir seu próprio negócio na forma de um empreendimento. Ao analisar as demandas do mercado, e com a formação acadêmica adquirida, é possível oferecer serviços e projetos, como consultorias em gestão da informação, organização de acervos institucionais ou pessoais, entre outros serviços. A experiência prévia em uma empresa júnior daria subsídios para o formado que pretende empreender. Isso porque sendo a EJ formada e gerida pelos alunos, proporcionaria a vivência de gestão de um negócio,

assim como o enfrentamento das dificuldades e exigências inerentes ao funcionamento de uma empresa. Além disso, ao lidar com as demandas externas de serviços, os alunos têm contato com a realidade do mercado de trabalho e podem, posteriormente, oferecer esse serviço como uma empresa constituída. A experiência adquirida na EJ não seria relevante apenas para os que empreendem, mas também para aqueles que buscarão uma vaga em outras instituições, pois as práticas realizadas na EJ permitem o enriquecimento do currículo de seus participantes.

A constituição de uma EJ envolve a reunião de interessados, a escolha de um professor responsável pela associação e também exige algumas burocracias para o seu funcionamento. Os envolvidos precisam fazer um estatuto social, com dados e diretrizes relevantes, que é o documento que vai guiar o funcionamento da EJ. Também é necessário obter um CNPJ e a Inscrição Municipal, além de outras documentações e meios que garantam a sua existência, como por exemplo o estabelecimento em algum espaço físico e a aquisição de equipamentos necessários para a prestação dos serviços. Vencidas as burocracias e dificuldades iniciais, a EJ pode começar a divulgar seus serviços e assim funcionar efetivamente.

O estabelecimento de uma EJ no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação precisaria enfrentar todas essas formalidades, mas os interessados podem contar com o apoio de outras agremiações, como EJs já existentes na própria instituição. A USP possui EJs em diversas outras graduações, como na Faculdade de Direito e na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, que poderiam auxiliar na constituição da EJ de Biblioteconomia. Além disso, é interessante observar outras EJs da área, como a LiberJr, e assim entender as possibilidades de atuação e como iniciar essa empreitada.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a EJ é uma oportunidade para o curso se atualizar diante do mercado de trabalho, por ser um ponto de contato entre o curso (docentes e discentes) e a comunidade externa. É uma forma de medir a adequação dos objetivos e das disciplinas oferecidas com as demandas e as mudanças reais. Também pode ser uma forma de oferecer oportunidades a alunos sem experiência em estágios, e assim ajudar na consolidação do currículo desses estudantes. Com a existência da EJ no curso, é possível fazer uma melhor divulgação do curso e da profissão, mostrar o que o bibliotecário pode oferecer ao mercado e à sociedade, mudando a ideia de que esse profissional trabalha apenas em bibliotecas e possui uma atuação restrita. Diferentemente disso, o bibliotecário pode atuar em diversas instituições, com diferentes recursos e assim contribuir para a gestão eficiente de informações e recursos em diversas organizações e para a ampliação e democratização do

acesso ao saber consolidado em coletâneas de livros, documentos, arquivos físicos ou virtuais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ NETO, Antônio; ALMEIDA, Alivínio; SOUZA, Cristovão Pereira de; ANDREASSI, Tales. **Empreendedorismo e desenvolvimento de novos negócios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

APÓSTOLO, Maria das Mercês (Coord.); MORO, Eliane Lourdes da Silva; ALENCAR, Maria da Glória Serra Pinto de. **Ensino e formação profissional dos cursos de bacharelado em biblioteconomia no Brasil**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021.

ASSIS, Leonardo da Silva. **Biblioteconomia ECA-USP: por uma outra formação acadêmica**. Orientadora: Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima. 2009. 245 f. Trabalho de Conclusão de Curso Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016**. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores. Brasília: DF. Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113267.htm. Acesso em: 06 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. [Brasília, DF]. Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. [Brasília, DF]. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rce-s007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Disponível em: <https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília: DF. Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14084.htm. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016**. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113267.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL JÚNIOR. **Jeito BJ 2021**. [S.d.], [S.l.]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XO8FT5kmLB5Lc-t47Rc7n-piNXK1F2WZ/view>. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL JÚNIOR. **Resultados da rede**. [S.d.], [S.l.]. Disponível em: <https://brasiljunior.org.br/conheca-o-mej>. Acesso em: 09 set. 2024.

BRESSANE, Julia Miranda; CUNHA, Miriam Vieira da. A profissão de bibliotecário: competências demandadas por um mercado em transformação. **Revista Interamericana de Bibliotecología** (Colombia), v. 34, n. 3, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762011000300007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COMISSÃO COORDENADORA DE CURSO. Departamento de Informação e Cultura. Universidade de São Paulo. **Projeto Político Pedagógico**: Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação. São Paulo, COC/CBD/ECA/USP, 2024.

COMPETÊNCIA. *In*: Dicionário Contemporâneo de Português. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). **Deliberação CEE 216/2023**: Dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: https://ww3.icb.usp.br/gra/wp-content/uploads/2023/10/Deliberacao_CEE_n216_2023.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução: fixa o currículo mínimo e determina a duração do curso de Biblioteconomia, 1962. *In*: RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A biblioteconomia brasileira**: 1915-1965. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

CUNHA, Filipe Apolo Gomes da; CALAZANS, Danilo. **Guia de empresas juniores**. Brasília: Comitê Executivo para Formação de Recursos Humanos em Ciência do Mar, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/44568884/EMPRESAS_JUNIORES_Filipe_Apolo_Gomes_da_Cunha_e_Danilo_Calazans. Acesso em: 04 out. 2024.

DCI-UFSCAR. **Liber Júnior**. [S.d.], [S.l.]. Disponível em: <https://www.dci.ufscar.br/extensao/liberjunior>. Acesso em: 15 out. 2024.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Todavia, 2022.

FREITAS, Camila. Veja quais são os 5 passos para criar uma Empresa Júnior. **Guia da carreira**, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/blog/dicas-para-criar-uma-empresa-junior>. Acesso em: 3 out. 2024.

FREVIER, Priscila; SPUDEIT, Daniela. Intraempreendedorismo no contexto das unidades de informação. *In*: SPUDEIT, Daniela (org.). **Empreendedorismo na biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A divulgação profissional como perspectiva de diálogo entre a atividade acadêmica e a prática profissional: reflexões sobre uma experiência didático-pedagógica na área de fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação. In: RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; CAMPELLO, Bernadete Santos (Organizadoras). **A (re)significação no processo de ensino/aprendizagem em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2004. p. 89-99.

HABILIDADE. In: Dicionário Contemporâneo de Português. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

HALF, Robert. 14 habilidades mais valorizadas no mercado de trabalho. **Robert Half**, [S.l.], 6 fev. 2023. Disponível em: <https://www.roberthalf.com/br/pt/insights/carreira/14-habilidades-mais-valorizadas-no-mercado-de-trabalho-rc>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; SILVA, Jose Fernando Modesto; ATTI, Alessandra. Origens do ensino de Biblioteconomia no Brasil. **BIBLOS**, v. 35, n. 1, 2021. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/biblos/article/view/12105/8886>. Acesso em: 1 jul. 2024.

LIBERJR. **Missão**. [S.l.], 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/VhnTP4BCsbiwC8dJ/>. Acesso em: 15 out. 2024.

LUCENA, Rosivaldo de Lima; SILVA, Rosângela Marie Borges. **Empresa júnior: teoria e prática**. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/750>. Acesso em: 3 set. 2024.

MATOS, Franco de. **A empresa júnior no Brasil e no mundo**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

MONTEIRO, Samuel Alves. Empresas Júnior de Biblioteconomia. **Biblioo**, 2013. Disponível em: <https://biblioo.info/empresas-junior-de-biblioteconomia/>. Acesso em: 10 set. 2024.

OLIVEIRA, Juliana Galvão Gomes. Uma idéia genial. In: MATOS, Franco de. **A empresa júnior no Brasil e no mundo**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

PACTA CLARA. **Sobre a Pacta Clara**. [S.d.], [S.l.]. Disponível em: <https://pactaclaracom.br/sobre-a-pacta-clara/>. Acesso em: 27 set. 2024.

PRCEU. **Regulamentação da Curricularização da Extensão na Universidade de São Paulo: conceituação, operacionalização e implementação**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2024/04/Guia-Curricularizacao-da-Extensao_v_04_1_2_23.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

REDATA. **Quem somos**. [S.d.], [S.l.]. Disponível em: <https://redata.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 set. 2024.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A biblioteconomia brasileira: 1915-1965**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

SÃO BERNARDO, Naícia Kirone Figuerôa de. O valor agregado das empresas juniores no campo da ciência da informação. *In*: Simpósio Baiano de Arquivologia, 3., 2011, Salvador. **Anais**, III SBA. Salvador: SBA, 2011. Disponível em <https://silo.tips/download/o-valor-agregado-das-empresas-juniores-no-campo-da-ciencia-da-informacao-resumo>. Acesso em 10 set. 2024.

SEBRAE SC. Mas afinal, o que é empreendedorismo? **Blog SEBRAE**, 08 nov. 2023. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/o-que-e-empreendedorismo>. Acesso em: 26 set. 2024.

SILVA, José [Fernando Modesto](#) da; PALETTA, Francisco Carlos (Organizadores). **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**: volume I. São Paulo: ECA-USP, 2016. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002746699.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira; SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Competências e habilidades na formação do bibliotecário. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 17-32, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/download/17912/12477/44602>. Acesso em: 8 jun. 2024.

TEIXEIRA JUNIOR, Paulo Roberto. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino superior: a lógica das competências em foco. **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 6, p. 01-18, dez. 2020. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa>. Acesso em: 14 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **EGID** - Apresentação. [S.d.], [S.l.]. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/entidades/egid-jr/>. Acesso em: 15 out. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Júpiter** - Sistema de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação. Disciplina: CBD0273 - Estágio Supervisionado em Unidades de Informação. [S.d.], [S.l.]. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=CBD0273&codcur=27502&codhab=4>. Acesso em: 14 jun. 2024.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Tendências e perspectivas profissionais e as competências essenciais para a formação e a atuação do bibliotecário. **Revista Eletrônica da ABDF**, v.3, n.2, p.46-63, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/165974>. Acesso em: 24 jun. 2024.